



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP

STEPHANY CAROLINE VILELA ALVES RODRIGUES

**O povo Wai Wai e a domesticação da mercadoria: produção de castanha e a
relação entre desenvolvimento e geração de renda**

Professora Orientadora: Dra. Janaína Deane
de Abreu Sá Diniz

Junho de 2023

Brasília – DF

STEPHANY CAROLINE VILELA ALVES RODRIGUES

**O povo Wai Wai e a domesticação da mercadoria: produção de castanha e a
relação entre desenvolvimento e geração de renda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de mestre.

Professora Orientadora: Dra. Janaína Deane
de Abreu Sá Diniz

Junho de 2023

Brasília – DF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

**O povo Wai Wai e a domesticação da mercadoria: produção de castanha e a
relação entre desenvolvimento e geração de renda**

STEPHANY CAROLINE VILELA ALVES RODRIGUES

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

APROVADA POR:

Profª Drª Janaína Deane de Abreu Sá Diniz - Orientadora
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

Prof. Dr. Gustavo Mayer – Examinador Interno
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

Prof. Dra. Monica Celeida Rabelo Nogueira – Examinadora Interna
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

Drª Maira Smith – Examinadora Externa
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

Junho de 2023

Brasília – DF

Ao povo do extremo Norte do país, que vive e sobrevive nas adversidades.

Agradecimentos

Sem dúvidas um trabalho feito a muitas mãos que me empurraram, acarinharam e levantaram durante este processo. Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Solange e Bento, e ao meu irmão, que sempre me orientaram a não desistir do que acredito e, mesmo na distância, são incansáveis em demonstrar seu carinho e confiança.

Agradeço a minha fiel amiga Bruna De Vita, responsável por nutrir em mim o desejo de iniciar essa jornada e, depois de iniciada, foi peça fundamental para que eu concluísse essa etapa. Bruna, sem você essa dissertação não teria saído. Você foi colo, risada, choros e reclamações, correções justas, injustas, exalando as melhores intenções sempre, e saiba que acolhi todas com muito carinho. Serei sempre grata pela nossa amizade.

Agradeço ao meu fiel amigo Caio Arcanjo que, mesmo na distância que separa Roraima do Distrito Federal, foi lugar de conforto e desabafo quando precisei, e precisei muitas vezes. Obrigada por sempre estar disposto para me ouvir e me entregar o melhor tempo de qualidade que poderia.

Agradeço também aos Wai Wai e ao ISA pela oportunidade de desbravar e conhecer esse universo tão específico que é o interior do extremo norte da Amazônia, sem dúvidas termino essa jornada transformada como profissional e ser humano. Além disso, agradeço o apoio para executar este trabalho e a confiança que em mim foi depositada, acreditando que eu seria capaz de concluí-lo ao mesmo tempo que desempenhava minhas funções enquanto assessora.

Aos colegas de trabalho, aos quais divido rotinas, reclamações, tristeza e alegrias, que são família quando estamos tão distantes das nossas, obrigada por fazerem dessa jornada longe de casa uma experiência acolhedora.

À minha orientadora, Janaína Diniz, que foi disponível e paciente, escutando com atenção todas as minhas mudanças de ideias e temas durante todo processo – e foram muitas –, e que no momento mais crítico, quando pensei em desistir, me encorajou a continuar. Obrigada por isso, eu certamente me arrependeria lá na frente se não tivesse continuado.

Aos examinadores que aceitaram o convite para as bancas de qualificação e defesa final. À Universidade de Brasília, que faz parte da minha jornada desde 2011, obrigada por ser

esse portal de transformação através do conhecimento, que colocou tanta gente incrível no meu caminho. Finalizo agradecendo aos colegas do MADER que sempre estiveram disponíveis para ajudar, dar orientações e apontar os caminhos quando estive perdida.

Gratidão a todos!

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar a potência socioeconômica dos Wai Wai, promovida principalmente pela comercialização da castanha-do-brasil, buscando compreender a relação geração de renda *versus* desenvolvimento social motivada pela economia da sociobiodiversidade. Com o avanço da discussão por esta economia que valorize povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e promova a conservação da biodiversidade, cada vez o mercado e o Estado vêm injetando recursos para negócios sustentáveis, no contrapé dessa discussão, é preciso debater de que forma os benefícios dessa nova economia chega para os povos da floresta e suas adjacências urbanas, uma vez que a região norte é considerada a mais pobre do país. A dissertação se apresenta como um exercício reflexivo dos modos de existência deste povo e a relação com a geração de renda e perspectivas de desenvolvimento. Com relação aos instrumentos metodológicos, o estudo contempla pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados primários e coleta de dados secundários, sendo os dados primários coletados a partir de entrevistas semiestruturada. Os resultados destacam que a economia da sociobiodiversidade, promovida pela castanha-do-brasil, tem potencial para promover a melhoria das adjacências urbanas das TIs e a melhoria da qualidade de vida dos próprios indígenas. Entretanto, a pesquisa evidenciou um descompasso significativo entre aumento da geração de renda e melhoria social, o que reflete na ideia de desenvolvimento que foi internalizada e é reproduzida pelos Wai Wai.

Palavras chave: Economia da sociobiodiversidade, desenvolvimento, geração de renda, castanha-do-brasil, Wai Wai

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to analyze the socioeconomic power of the Wai Wai, promoted mainly by the commercialization of Brazil nuts, seeking to understand the relationship between income generation and social development motivated by the socio-biodiversity economy. With the advancement of the discussion for this economy that values indigenous peoples and traditional peoples and communities and promotes the conservation of biodiversity, the market and the State have been increasingly injecting resources for sustainable businesses, in the back of this discussion, it is necessary to debate how the benefits of this new economy reach the peoples of the forest and its urban adjacencies, since the northern region is considered the poorest in the country. The dissertation is presented as a reflective exercise of the ways of existence of this people and the relationship with income generation and development prospects. Regarding the methodological instruments, the study includes bibliographic research, documentary research, primary data collection and secondary data collection, with primary data collected from semi-structured interviews. The results highlight that the socio-biodiversity economy, promoted by Brazil nuts, has the potential to promote the improvement of the urban adjacencies of the TIs and the improvement of the quality of life of the indigenous people themselves. However, the research showed a significant mismatch between increased income generation and social improvement, which reflects the idea of development that has been internalized and is reproduced by the Wai Wai.

Keywords: Economics of sociobiodiversity, development, income generation, Brazil nuts, Wai Wai

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIWA	Associação Indígena Wai Wai da Amazônia
APIW	Associação do Povo Indígena Wai Wai
APIWX	Associação do Povo Indígena Wai Wai Xaary
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FILAC	Fondo para el desarrollo de los pueblos indigenas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MEVA	Missão Evangélica da Amazônia
OCA	Observatório da Castanha
ONG	Organização não governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PI	Povos Indígenas
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEADI	Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
TI	Terra Indígena
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFM	Unevangelized Fields Mission

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EXTRAÇÃO DE CASTANHA EM TONELADAS NO SUDESTE DE RORAIMA.....	43
FIGURA 2 – COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA EM TONELADAS.....	44
FIGURA 3 - WAI WAI REUNIDOS NA COMUNIDADE JATAPUZINHO.....	46
FIGURA 4 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS TIS.....	47
FIGURA 5 - ENTREGA DE PRODUTOS DA ROÇA NO CRAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA.....	50
FIGURA 6 - PAAPA, BEIJU DE TAPIOCA COM CASTANHA.	51
FIGURA 7 - COLETA DA CASTANHA NA SAFRA DE 2022 NA TI WAI WAI.....	52
FIGURA 9 - GRÁFICO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL.....	58
FIGURA 10 - ROTA DE COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL.....	60
FIGURA 11 - WAI WAI RECEBEM TRATOR DA FUNAI CONSEGUIDO COM RECURSOS ENVIADOS PELA DEPUTADA INDÍGENA FEDERAL JOENIA WAPICHANA EM 2021.	63
FIGURA 12 - ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA NA COMUNIDADE JATAPUZINHO.	67
FIGURA 13 - PLACA ANUNCIANDO A COMPRA DE CASTANHA EM MERCADO DE ENTRE RIOS	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL POR ANO NAS TERRAS INDÍGENAS WAI WAI E TROMBETAS MAPUERA.	54
TABELA 2 - EXTRATIVISMO DA CASTANHA DO BRASIL DOS INDÍGENAS DA ETNIA WAI WAI NOS DOIS TERRITÓRIOS.	57
TABELA 3 - PRODUÇÃO DE CASTANHA POR MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2022	62

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - PERGUNTAS DE PESQUISA, OBJETIVOS ESPECÍFICOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
QUADRO 2 - RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS WAI WAI E OS ATORES LOCAIS DOS MUNICÍPIOS.	68

SUMÁRIO

PRÓLOGO _____	15
CAPITULO 1 – INTRODUÇÃO _____	16
1.1. Objetivo geral _____	21
1.1.1. Objetivos específicos _____	21
1.2. Contextualização da área de estudo _____	21
1.2.1. Aspectos socioeconômicos e modelos de desenvolvimento em Roraima ____	21
1.3. Abordagens metodológicas _____	24
1.3.1. Etapa exploratória _____	26
1.3.2. Pesquisa de campo _____	27
1.4. Análise dos dados _____	28
CAPITULO 2 – O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO _____	30
2.1. Desenvolvimento local e sustentabilidade da floresta amazônica _____	32
2.2. Aumento da renda <i>versus</i> desenvolvimento social _____	34
2.3. Desenhando outros caminhos: O dinheiro dá em árvore _____	38
2.4. Uma nova economia da sociobiodiversidade _____	40
2.5. O extrativismo da castanha-do-brasil em Roraima: aspectos socioeconômicos e socioculturais _____	42
CAPITULO 3 – DAS TROCAS INTERÉTNICAS À RELAÇÃO CONTEMPORÂNEA COM OS KARAIWA: E A CASTANHA COM ISSO? _____	45
3.1. Quem são os Wai Wai _____	45
3.1.1. A domesticação dos brancos e das mercadorias _____	48
3.1.2. A socioeconomia Wai Wai _____	49
3.1.3. <i>Titko</i> : A castanha-do-brasil _____	50
3.1.3.1. A relação com os atravessadores e a informalidade da cadeia _____	59
3.3. O desenvolvimento através do ouriço _____	61
3.4. Desenvolvimento local através da comercialização da castanha _____	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	72
REFERÊNCIAS _____	75
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para o grupo 1: lideranças Wai Wai _____	82
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para o grupo 2: Atores locais (comerciantes/prestadores de serviço) _____	83
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para o grupo 3: Instituições governamentais_	84

PRÓLOGO

O despertar para esta pesquisa se deu de forma orgânica, à medida que chego a Roraima para assumir a função de assessora técnica nos territórios Wai Wai e Tombetas Mapuera, junto ao povo Wai Wai. Minha entrada nos territórios enquanto parceira de instituição de apoio e as relações de confiança que foram sendo construídas à medida que desempenhava meu trabalho foram cruciais para que esta pesquisa fosse conduzida refletindo da forma mais fiel possível a realidade local deste povo.

Como o meu trabalho foi orientado para atuação com produtos da sociobiodiversidade, dimensionar e entender a alta capacidade produtiva dos Wai Wai – “*aqui a gente produz de tonelada*”¹ – das Terras Indígenas Trombetas Mapuera e Wai Wai, o montante de dinheiro que circula durante a safra, a proximidade com o mundo dos não-indígenas e o desejo por um estilo de vida que não aprisionou a tradicionalidade no tempo, provocaram em mim a intenção de aprofundar o debate sobre a importância social e econômica que essas comunidades têm para os municípios e o estado de Roraima.

Desde então, em todos os campos que fiz enquanto assessora construí relações, observei fatos e tive diálogos que se materializaram como etapa exploratória da minha pesquisa, representando um período de investigação informal e livre, guiado pela observação de estruturas formais e informais e suas interrelações com os indígenas, comerciantes locais, governo e demais elos da cadeia. Com isso, diversos foram os questionamentos que me ocorreram, entre eles o incômodo pelo fato de, na maioria das vezes, os trabalhos relacionados à cadeia produtiva da castanha-do-brasil se dedicarem aos impactos de uma cadeia global, com pouca ênfase nas dinâmicas socioeconômicas locais, que são importantes para operacionalizar a cadeia, e também com relação à percepção dos indígenas sobre as influências e consequências do incentivo às economias da sociobiodiversidade.

Assim, identifiquei um debate a ser explorado, que observe a importância das relações socioeconômicas locais que têm como pano de fundo a comercialização da castanha, e o questionamento do desenvolvimento, paradoxal ou não, para os Wai Wai.

¹ Fala do tuxaua da comunidade Xaary, Terra Indígena Wai Wai (anotação de campo).

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Na Amazônia a relação dos indígenas com a floresta ultrapassa gerações e milênios. O manejo dos bens da natureza, por meio de práticas e saberes tradicionais, busca a manutenção da sociobiodiversidade e a geração da qualidade de vida e bem-estar para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que co-existem com a floresta num sistema, muitas vezes, simbiótico. Tal conhecimento e suas relações com o meio podem ser definidos pelo saber-fazer a respeito do mundo natural, do sobrenatural e da organização social, que estão interligados (DIEGUES, 1996).

Essas relações históricas que transforma a natureza em trabalho, com a finalidade de satisfazer as próprias necessidades, transforma-se subjetivamente, produzindo simultaneamente a materialidade e a imaterialidade da vida, implicando de forma positiva na conservação da natureza e contribuindo para a construção de formas de gestão dos bens naturais, na busca por valorização da cultura e natureza de forma entrelaçada (DE MONLEVADE, DA COSTA, CABRAL, 2020). Contudo, é preciso chamar atenção para a não aplicação da ideia de tradicional de forma pejorativa, afim de significar atraso ou cristalização de um grupo, mas também ir contra a lógica capitalista, se opondo a exploração, velocidade, crescimento e velocidade. Segundo Cruz (2012, p. 598):

[...] a forma como os movimentos sociais e as comunidades rurais vêm mobilizando esse termo busca ressignificar essa carga pejorativa e estereotipada, acrescentando certa positividade à ideia de tradicional, em muitos sentidos até idealizada; nessa perspectiva, o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição ao passado; tem um sentido político-organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção a ao modo de vida capitalistas.

A tradicionalidade naturalmente carrega a ideia de temporalidade, e nos indígenas, por vezes, é refletida como cristalização de práticas culturais, engessamento de acesso ao mundo dos não-indígenas (ANJOS FILHO, 2009). O direito à autodeterminação e o direito à própria cultura dotam os povos indígenas da capacidade de decidir sobre os seus próprios assuntos, conforme suas próprias instituições e parâmetros culturais (MOLINERO, 2008). E entre os temas importantes para reflexão de povos indígenas salta a questão do desenvolvimento.

A relação entre os indígenas e os não indígenas ao longo da história foi complexa e variada, com diferentes contextos e dinâmicas a depender da região e do período de contato. De modo geral, essas interações foram marcadas por assimetrias de poder,

exploração, conflitos e transformações culturais. Entretanto, a domesticação das mercadorias dos não indígenas, bem como a pacificação das relações, por meio do que alguns autores chamam de “amassamento”, que ocorreu em diversos povos, apresenta uma face onde os indígenas subvertem a ordem de dominação unilateral e desigual e se mobilizam para lidar e domesticar a alteridade dos não indígenas, seus conhecimentos e mercadorias (HOWRD, 2002; BARBOSA, 2005; GALLOIS, 2002).

Apesar de observado uma não passividade de diversos grupos frente a inserida dos não indígenas, a modernidade capitalista, liberal e colonialista, tem sido implacável com os povos indígenas e diversas roupagens para falar sobre desenvolvimento de forma socioambientalmente justa foram vestidas ao longo dos anos. O modelo desenvolvimento local por vezes tem se mostrado ferramenta potente (RIBEIRO, 2008), mas é fundamental que sua proposta contemple as preocupações com princípios de um desenvolvimento endógeno justo, sob controle social local, que não esteja relacionado unicamente com crescimento econômico, mas com a possibilidade de fomentar uma economia da qualidade de vida e da conservação da natureza.

Dessa forma, é necessário aprofundar o debate acerca das relações de comunidades tradicionais com o desenvolvimento hegemônico, bem como compreender os desenvolvimentos alternativos que contemplem as relações entre os modos de vida tradicionais e esse processo sistemático de acumulação de capital, de forma menos assimétrica e plural. Para isso, é preciso subverter a ideia ontológica que se baseia na dualidade, que separa a natureza da cultura ou natureza da sociedade, entre outras dicotomias, que tem contribuído para atividades predatórias erodirem em territórios de comunidades tradicionais, e que as colocam como atrasadas e não civilizatórias (ESCOBAR, 2015).

A garantia da vida dos povos indígenas e sua reprodução social em territórios protegidos produz coisas importantes, como a conservação das florestas, proteção de fauna e floresta, combatendo agravos das mudanças climáticas, além da manutenção da pluralidade cultural do país. Para além disso, o potencial produtivo, respeitando as particularidades e peculiaridades dos seus povos, são motes para se pensar desenvolvimento local ou endógeno através da comercialização de produtos da floresta, remontando as relações de mercado e formulando incidência política que abrace essa nova forma de se desenvolver. A castanha produzida pelos indígenas da etnia Wai Wai desmonta essa dualidade e se transforma em oportunidade de resistência ao modelo desenvolvimentista hegemônico, e

contribui para as transições ecológicas e culturais fundamentais, ao passo que se transforma em vetor de acesso para tecnologias dos não-indígenas.

Para este estudo, a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa Bonpl.*), tradicionalmente conhecida como castanha-do-pará, castanheira ou castanha-da-amazônia, um dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) mais importantes para a Amazônia em termos de renda para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, tem enorme potencial de promover o desenvolvimento local das comunidades tradicionais na Amazônia. Em Roraima, o ouriço tem ocorrência mais ao sul do estado, onde estão localizadas as Terras Indígenas (TIs) Wai Wai e Trombetas Mapuera, entre os municípios de São João da Baliza, Caroebe e São Luiz do Anauá. Apesar da produção de castanha em Roraima ser pequena em relação aos outros estados, existe uma significativa importância econômica e histórico-cultural para a população local (MAROCCOLO *et al.*, 2021).

Nesta pesquisa estão contemplados temas associados ao desenvolvimento, desenvolvimento local, economia da sociobiodiversidade e comercialização de castanha-do-brasil por parte de povos indígenas na Amazônia. Com abordagens diversas sobre o desenvolvimento para povos indígenas e povo e comunidades tradicionais, este trabalho pretende subsidiar o debate sobre os impactos e possibilidades de um desenvolvimento socioeconômico local a partir de uma economia da sociobiodiversidade, e trazer reflexões acerca da relação entre a geração de renda e as dinâmicas sociais e tradicionais de povos indígenas.

Roraima possui pouco mais de 104.018,00 km² de área em terras indígenas em uma área total de 224.298,98 km², mais de 46% de seu território, sendo o estado como maior percentual de terras indígenas em todo o país (PORTO *et. al*, 2016). Contudo, são poucas as iniciativas e experiências que discutem o potencial para o desenvolvimento local que a economia indígena, através dos produtos oriundos das florestas, pode promover. Historicamente marcada por uma economia baseada no serviço público ou exploratória, como extração de minério e agronegócio, o investimento no potencial produtivo sustentável não se apresenta como pauta dos governos que já passaram pelo estado. Por isso, a situação problema constatada para este estudo refere-se à ausência de mensuração do desenvolvimento local e aos elementos que o formam, pensando na valorização de produtos da floresta.

A partir de observação direta na região de abrangência da pesquisa, percebi que a safra da castanha movimenta diversos comércios e atores locais, além dos próprios indígenas. Apesar disso, o protagonismo indígena na socioeconomia de Roraima ainda está longe de ser o ideal. Além da falta de reconhecimento do potencial produtivo de atividades que preservam a floresta, os indígenas sofrem com a precarização e dificuldade nas atividades de extração da castanha, o que onera o trabalho mais ainda.

A economia da sociobiodiversidade surge na construção de um horizonte que defende a necessidade de promoção de uma economia do cuidado com a biodiversidade, cujo conhecimento vem das práticas ancestrais de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Atualmente, espaços vêm sendo construídos na busca de promover esta economia, como por exemplo, o Observatório da Economia da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio), que reúne ONGs ambientalistas, movimentos sociais do campo e populações indígenas e povos e comunidades tradicionais no Brasil, busca garantir a sustentabilidade no desenvolvimento econômico e social brasileiro por meio de incidência política.

Com a crescente valorização da economia da sociobiodiversidade o desenvolvimento local com base nos produtos da floresta pode significar oposição à noção de crescimento hegemônico que expõe determinados grupos marginais à vulnerabilidade (SILVA et al, 2016; CHRISTOFFOLI, 2010). O problema a ser discutido no presente estudo é o de compreender a socioeconomia indígena, praticada através da comercialização da castanha-do-brasil, e analisar o que o desenvolvimento, sob a ótica dos indígenas Wai Wai, tem para falar acerca da relação geração de renda e desenvolvimento social na Amazônia.

Nesse contexto, são apresentadas algumas questões de partida para a pesquisa:

- (1) Qual a percepção dos Wai Wai e dos atores locais dos municípios da TI Wai Wai e TI Trombetas Mapuera sobre os efeitos da comercialização da castanha-do-brasil?
- (2) De que forma estratégias para o desenvolvimento local podem contribuir para melhoria produtiva e de geração de renda desse povo e dos municípios que contornam as TIs?

(3) Quais os avanços e dificuldades de se pensar políticas de desenvolvimento para produtos da floresta em Roraima?

A cadeia produtiva da castanha-do-brasil já é consolidada por estar entre os três mais importantes produtos do agroextrativismo para fins alimentícios no Brasil, movimentando algo próximo a US\$ 450 milhões por ano no mundo (MAPA, 2020), com destaque no comércio internacional em função do grande volume de exportação. Com isso, os estudos acadêmicos sobre a cadeia discorrem sobre aspectos comerciais em nível nacional e internacional, em sua maioria. Contudo, as relações de mercado que ocorrem localmente e vão desde a coleta ao escoamento da produção deveriam estar no radar das análises, para se conhecer o impacto dessa cadeia no desenvolvimento local.

A agropecuária foi a atividade que apresentou a maior variação percentual na economia de Roraima em 2018, com crescimento de 16,1% com relação ao ano anterior. O resultado foi influenciado, sobretudo, por produção florestal, pesca e aquicultura, que, apesar da participação relativamente inferior à da agricultura e pecuária, destacou-se pela variação em volume de 134,6%, devido à coleta de castanha-do-brasil (IBGE, 2019). Esses números demonstram que a cadeia da castanha-do-brasil tem representatividade, mesmo considerando os dados subnotificados para a dinâmica econômica local, demonstrando assim a importância de se aprofundar a discussão sobre os impactos locais que a economia indígena pode gerar.

A economia indígena Wai Wai se relaciona e articula com a economia dos homens brancos² há várias gerações, integrando os sistemas de mercado (SCHRÖDER, 2003) devido a sua proximidade com os centros urbanos e o processo de evangelização. Por isso, é preciso questionar e reivindicar o protagonismo que os indígenas desenvolvem e as mudanças substanciais que produzem, tanto na vida das aldeias como nos centros urbanos, a partir da comercialização de seus produtos, e prospectar novos futuros, remodelando conceitos antigos, como o desenvolvimento, considerando a economia da sociobiodiversidade.

Numa tentativa de remontar a ontologia hegemônica do desenvolvimento pela perspectiva narrada pelos Wai Wai e suas relações socioeconômicas, esta pesquisa tem como objetivos:

² O termo “homem branco” ou “brancos” é a forma usual pela qual os índios denominam os não-índios, originários de civilizações europeias e outras.

1.1. Objetivo geral

Analisar o potencial da socioeconomia Wai Wai, sobretudo a comercialização da castanha-do-brasil, à luz da ideia de desenvolvimento concebida pelos indígenas.

1.1.1. Objetivos específicos

- a) Descrever o processo histórico de comercialização da castanha pelos indígenas Wai Wai e suas inter-relações com a economia capitalista;
- b) Verificar os impactos da comercialização para as comunidades Wai Wai nos períodos de safra e entressafra e como isso reflete na organização social;
- c) Analisar as contribuições socioeconômicas da comercialização da castanha-do-brasil para os municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe;

1.2. Contextualização da área de estudo

1.2.1. Aspectos socioeconômicos e modelos de desenvolvimento em Roraima

Compreender os aspectos históricos de formação econômica de um determinado território é fundamental ao se pretender fazer uma análise das perspectivas de desenvolvimento e suas ênfases. Assim, na busca por essas evidências no estado de Roraima, pude perceber que são poucos os trabalhos produzidos com um resgate histórico profundo. Portanto, para esta explanação, me atenho à produção de Santos (2000) apud Freitas et al. (2008), que fez da formação econômica de Roraima tema da sua dissertação de mestrado.

Historicamente o estado de Roraima foi palco de períodos distintos que marcam as primeiras fases do seu desenvolvimento local. O extrativismo colonial, caracterizado na Amazônia pela exploração do que ficou conhecido como drogas do sertão³, promoveu a inserção do então Vale do Rio Branco, em 1770, hoje compreendido como estado de Roraima, como provedor de mão-de-obra indígena para as demandas do Pará e do Amazonas e, neste contexto, o primeiro período de formação econômica.

O auge do ciclo da borracha no Amazonas e Pará colocou Roraima como provedor de carne bovina para abastecimento dos estados citados. Entretanto, entre 1880 e 1920, com

³As chamadas drogas do sertão abarcavam uma série de produtos como o guaraná, o anil, a salsaparrilha, o urucum, a noz de pixurim, pau-cravo, gergelim, cacau, baunilha e castanha-do-pará. Todas essas especiarias tinham alto valor de revenda no Velho Continente (PASQUIS, MACHADO E GUERRA, 2001).

o declínio da fase que ficou conhecida como *Belle Époque Amazônica* e a consequente retração de demanda por gado, fez com que a atividade garimpeira surgisse como opção econômica para Roraima, já no início do século XX, marcando o segundo período.

O terceiro período é caracterizado pela geopolítica da segurança nacional. A terceira fase da Era Vargas (1943) criou diversos territórios, dentre eles o Território Federal do Rio Branco, com ações para povoar e dinamizar a região norte.

Num cenário mais recente, segundo dados do IBGE (2019) e SEPLAN (2020), a maior parte do perfil econômico de Roraima, em torno de 48%, é dedicado à administração pública. O que também se destaca em segundo lugar em relação às atividades econômicas são os serviços prestados, com cerca de 24%. Tais serviços são prestados tanto para o setor público quanto para os seus funcionários, destacando o comércio varejista e a prestação de serviços a famílias do setor terciário (MARTINEZ, 2014). No setor primário, a agropecuária representa em torno de 6% do PIB, com destaque para produção de banana, leite, soja, arroz e gado bovino.

A produção indígena em Roraima tem enorme potencial econômico a partir da exploração sustentável de recursos naturais, a despeito da ausência de incentivo das políticas desenvolvimentistas para a região. Segundo Barbosa e Silva (2020), por questões históricas, os indígenas das etnias Macuxi, Wapichana e Ingarikó integraram a prática pecuária à cultura, e são donos do maior e mais sustentável rebanho bovino privado do estado, com 80.000 (oitenta mil) cabeças de gado em seus territórios.

Ainda no mote de mercado, a produção de energia limpa e sustentável nas TIs Raposa Serra do Sol e São Marcos desponta como uma iniciativa promissora para fornecimento em grande escala de eletricidade eólica com a implantação do Projeto Cruviana, assim como por meio da parceria firmada entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Instituto Socioambiental (ISA) (CAMPOS, 2011).

Segundo a SEPLAN (2020), uma das revelações da atividade agropecuária que contribuiu para melhorar o PIB em 2020 foi a silvicultura, com a produção da castanha-do-brasil. Mesmo com a dificuldade das subnotificações do volume de produção que os municípios e comunidades no interior da Amazônia enfrentam, a castanha no estado de Roraima apresenta um crescimento significativo na produção de bens agrícolas.

Na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é possível ver exemplos do potencial da atividade indígena sustentável para geração de renda e desenvolvimento da região. A então

deputada e advogada indígena Joênia Wapichana, lançou mão de uma argumentação perante a corte do STF para demonstrar o potencial da TI nos moldes ocidentais de desenvolvimento e sua relevância para o estado. Em sua fala, ela diz:

Nós temos e desenvolvemos nossa economia e isso sequer é contabilizado pelo Estado de Roraima, que não fala da economia que circula dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nós somos os maiores criadores de gado e é esta atividade produtiva que alimenta as comunidades indígenas da região. Nós temos nossos profissionais que estão trabalhando pela gestão da terra, por isso queremos avançar nesta fase. Nós temos uma economia, que circula anualmente na Terra Indígena, de mais de 14 milhões de reais. Também contribuimos com o mercado de Boa Vista, mas até hoje não se tem um estudo sobre o montante dessa contribuição. (WAPICHANA, 2009, p. 170)

Diversos são os exemplos de modelos de desenvolvimento para o estado. Desde atividades históricas predatórias que ainda, infelizmente, são predominantes na região, até iniciativas que cunham valores de sustentabilidade, valorização étnica cultural e economia do cuidado.

As atividades predatórias que bradam o discurso do progresso e do desenvolvimento estão fortemente ancoradas na plantação de arroz irrigado, na região da TI Raposa Serra do Sol, que foi marcada por um violento processo de ocupação desse território, que até então não estava homologado, por arroteiros vindos do Rio Grande do Sul, em sua maioria (SILVA; SILVA, 2004; BARBERENA et al., 2011). A pecuária também foi uma atividade que iniciou de forma agressiva na região, com o uso de queimadas para abertura de pastos que, causou um incêndio de proporções midiáticas no final de 1997, com repercussão nacional (SILVA; SILVA, 2004) e que ainda segue.

Entretanto, a criação de gado também faz parte da economia dos indígenas atualmente. Os antigos pastos usados pelos fazendeiros que saíram no final do século XX, graças a um acordo firmado com a Eletronorte para a passagem de linha de transmissão de alta tensão pelo território, deixou na Terra Indígena de São Marcos um rebanho que passou a ser gerenciado pelos Macuxi, onde estabeleceram uma agenda permanente de debate para estudar formas e alternativas de gestão compartilhada e sustentável do patrimônio (SILVA, 2012).

A plantação de palmas para óleo também vem sendo um caminho explorado na região, tanto nas áreas de savana quanto nas áreas de floresta, com a presença de indústrias, impulsionados pela ambição de produzir biocombustíveis. Eles alegam que não

desmatam, logo não causam danos ambientais, uma vez que utilizam áreas de reflorestamento (ISA, 2019).

1.3. Abordagens metodológicas

Para a investigação científica que esta pesquisa se propõe, lanço mão da complementaridade de paradigmas, conjugando interpretativismo e construtivismo.

No construtivismo, segundo Coutinho (2014), o paradigma vem para “substituir noções científicas de explicação, previsão e controle do paradigma positivista pela compreensão, significado e ação”. Lincon e Guba (1994) o definem como um paradigma alternativo, que em sua base ontológica, deriva do relativismo. Essa concepção é capaz de criar realidades diversas construídas na base, a partir do processo relacional entre os indivíduos participantes da pesquisa, onde o investigador e o objeto de pesquisa estão ligados de forma interativa. Sendo assim, aplica-se o construtivismo como paradigma orientador deste estudo pelo desejo não apenas de descrever e compreender a realidade local, mas de reconstruí-la, com base em novas perspectivas que irão surgir a partir das diversas visões investigadas in loco.

No interpretativismo, objetiva-se compreender o significado em vez de explicar a frequência, buscando interpretar como o significado é construído através de interações, práticas e discursos (THIÉTART, 2007). Sendo uma visão anti-positivista, defende que este mundo social é relativo e sua compreensão vem da visão dos indivíduos. Este pressuposto epistemológico cumpre, portanto, com o que se objetiva estudar nesta pesquisa, buscando, a partir da visão subjetiva dos atores locais, interpretar e descrever processos relacionados ao desenvolvimento local em torno da comercialização da castanha-do-brasil pelos Wai Wai, por considerar que dados quantitativos com relação às notificações de produção são subnotificados e que o mercado informal no interior dos rincões amazônicos representa barreiras que não permitem compreender as nuances da realidade a ser estudada.

A partir da definição dos paradigmas de investigação, o segundo passo foi desenhar o esquema metodológico quanto à sua abordagem e objetivos, que ficou definido como pesquisa qualitativa com objetivo exploratório. Para o cumprimento da finalidade proposta por este estudo, os procedimentos técnicos que o contemplam pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de campo e observação participativa. O Quadro 1 sintetiza a estrutura metodológica do estudo, associando

perguntas e objetivos de pesquisa com os respectivos instrumentos metodológicos utilizados.

Quadro 1 - Perguntas de pesquisa, objetivos específicos e instrumentos metodológicos

Perguntas da pesquisa	Objetivos específicos	Instrumentos metodológicos
Qual a percepção dos Wai Wai e dos atores locais dos municípios da TI Wai Wai e TI Trombetas Mapuera sobre os efeitos da comercialização da castanha-do-brasil?	Descrever o processo histórico de comercialização da castanha pelos indígenas Wai Wai e suas inter-relações com a economia capitalista; analisar as contribuições socioeconômicas da comercialização da castanha-do-brasil para os municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe;	Revisão de literatura; entrevistas semiestruturadas; observação participante;
De que forma estratégias para o desenvolvimento local podem contribuir para melhoria produtiva e de geração de renda desse povo e dos municípios?	analisar as contribuições socioeconômicas da comercialização da castanha-do-brasil para os municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe;	Levantamento de dados secundários; entrevistas semiestruturadas;
Quais os avanços e dificuldades de se pensar políticas de desenvolvimento para produtos da floresta em Roraima?	Analisar as contribuições socioeconômicas da castanha-do-brasil para Roraima, principalmente os municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe; descrever o processo histórico de comercialização da castanha pelos indígenas Wai Wai e suas inter-relações com a economia capitalista;	Revisão de literatura; levantamento de dados secundários; entrevistas semiestruturadas;

Fonte: Elaborado pela autora.

A dinâmica desta pesquisa foi influenciada pelo contexto político do último ano. Por se tratar de uma região com a presença forte do garimpo, em especial dentro do Território Yanomami, situado a leste do estado de Roraima, e por, historicamente, ser um estado conservador e composto por eleitores apoiadores do então presidente Bolsonaro, o ano em que ocorreu a pesquisa – mesmo ano que ocorreu as eleições para presidente – foi marcado por tensões e conflitos nos territórios e nos municípios.

A retirada dos garimpeiros da TI Yanomami, posterior à vitória de Lula, foi um momento delicado para quem atua com a agenda socioambiental e, por recomendação de segurança, precisei ficar afastada dos territórios indígenas, mantendo um baixo perfil na cidade, com o intuito de evitar retaliações. Por esse motivo, o desenho inicialmente pensado sofrera alguns ajustes.

Num primeiro momento, a metodologia bola de neve⁴ seria utilizada para identificar os atores locais envolvidos nas relações comerciais que eram estabelecidas por meio da comercialização da castanha. Entender o caminho do dinheiro que os Wai Wai faturavam com a venda da castanha para compreender os impactos locais nos municípios. A ideia inicial foi de entrevistar as lideranças das 12 comunidades indígenas dos dois territórios e a partir disso, seguir com as entrevistas conforme a indicação dos Wai Wai, buscando elementos para construção de uma rede de relacionamentos e o caminho do dinheiro.

No desenho atual, percebeu-se que com seis entrevistas de lideranças indígenas já se tinha chegado no ponto de saturação, onde as respostas se tornaram repetitivas e nenhum novo elemento foi colocado. Os outros atores envolvidos foram sendo mapeados a partir da percepção que construí ao longo de dois anos, atuando como assessora técnica, de como se dava as relações no território e, em especial para os comerciantes locais, por indicações feitas informalmente pelos indígenas. Além disso, atores governamentais também foram inseridos neste novo desenho.

O Instituto Socioambiental (ISA), elo importante neste desenho, não foi entrevistado por considerar o meu aporte de informações suficientes para trazer elementos robustos para esta pesquisa. Além disso, atualmente estou a única representante do ISA que mantém relação direta com este povo e atua nos dois territórios.

A ausência de um dos elos mais importantes dessa cadeia, os atravessadores, se justifica por questões de segurança, uma vez que, enquanto assessora de uma instituição de apoio que é vista como agente impeditivo para as negociações dos Wai Wai com esses atores, seria arriscada a exposição.

1.3.1. Etapa exploratória

⁴Metodologia de amostragem por referência em que se identifica membros alvos, denominados sementes, que identificam outros membros da rede, fornecendo ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais (VINUTO, 2014).

Este momento da pesquisa, o qual nomeio de etapa exploratória, se relaciona intrinsecamente com o meu papel desempenhado enquanto assessora técnica deste povo. A avaliação e a viabilidade deste estudo foram construídas a partir da minha presença nos territórios e da relação estabelecida com os Wai Wai, com a minha chegada para atuar como parte da equipe do Instituto Socioambiental (ISA). Foi assim que o primeiro contato ficou estabelecido com os possíveis sujeitos interessados.

A construção deu início em 2021, onde observei as dinâmicas locais sociais, culturais e de produção, estabeleci relações, entrei nas comunidades e nas casas e pude visualizar minhas perguntas orientadoras desta pesquisa com mais clareza.

1.3.2. Pesquisa de campo

O estudo de campo requer a utilização de variados instrumentos de pesquisa, como formulários, questionários, entrevistas e escalas de observação. Nesta pesquisa, me atenho a dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, e roteiro orientador pré-estabelecido, mas com flexibilidade para, através de uma escuta atenta, orientar a conversa, com a intenção de extrair visões e opiniões e observação participante (GIL, 2002).

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (LAKATOS, 2003, p. 191).

A oralidade é ferramenta histórica e importante para contar histórias, e grande aliada para perpetuar tradições, costumes, identidade. E, por isso, “deve ser estudada dentro dos seus contextos sociais, econômicos, políticos, históricos e educativos” (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 150). Os seres humanos são, por natureza, “contadores, narradores de história, e gerações e gerações repetem esse ato quase que involuntariamente” pois, “a única chance que os moradores têm para não ficarem desabrigados é provando que esse lugar tem uma história, uma identidade própria a ser preservada” (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 151).

Ao considerar as sutilezas que permeiam as relações dentro de uma comunidade indígena, a forma como se relacionam com os não-indígenas e ainda a relação com o mercado capitalista, o estudo qualitativo das histórias narradas durante esta pesquisa permite “capturar tensões do campo, de maneira que as ressonâncias e dissonâncias de sentidos

que emergem sejam problematizadas a partir do encadeamento de falas que constitui a trama em que relatos biográficos e fatos vivenciados” (MUYLEAERT et al., 2014, p. 198).

A entrevistas foram realizadas com três grupos distintos, buscando contemplar diversos olhares e perspectivas. Foram eles: lideranças Wai Wai, atores governamentais e atores locais (comerciantes). Contemplando as duas Terras Indígenas, Wai Wai e TI Trombetas Mapuera, foram realizadas seis entrevistas com lideranças indígenas, uma entrevista com assessor técnico de instituição de apoio que atua no território, 9 entrevistas com atores locais (comerciantes) e 2 entrevistas com órgãos governamentais.

1.4. Análise dos dados

Para a organização das histórias e dados coletados, foi criado o *corpus*⁵ da pesquisa, que consiste no “Conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96). A composição desse *corpus* foi construída em dois blocos, um para dados de produção, escoamento, comercialização e gestão da safra da castanha e outro para assuntos de geração de renda, consumo e desenvolvimento. O padrão foi mantido para todos os 3 grupos.

As etapas de pesquisa de campo e observação participante foram sintetizadas a partir dos relatórios de campo para compreender a relação promovida pela comercialização da castanha entre o desenvolvimento social *versus* aumento do consumo e o desenvolvimento local como forma de integração entre os atores envolvidos na região.

As análises foram agrupadas nas categorias temáticas: “desenvolvimento social e aumento do poder de consumo” e “economia da sociobiodiversidade integrada ao desenvolvimento local” e também a partir de critérios léxicos, *com ênfase nas palavras (classificação segundo o sentido, sinônimo)* (CARDOSO et al., 2021, p. 11). Além da categorização para a análise do discurso, os grupos foram categorizados quanto à sua vinculação, separando-os por estrutura organizacional: lideranças indígenas, comerciantes e prestadores de serviço local, instituições governamentais, instituição de apoio.

⁵ O termo *corpus* aqui empregado refere-se ao conjunto de documentos ou de outro material selecionado para análise sistemática (CARDOSO et al., 2021)

Além do método de análise citado, foram feitas descrições densas com a intenção de compreender as estruturas significantes que caracterizam comportamentos dotados de significados subjetivos e no contexto em que ocorre (GEERTZ, 1989). As análises desta pesquisa foram feitas em alinhamento com as ideias propostas pelo autor que fundamenta a descrição densa levando em conta o conceito de cultura – para viabilizar uma relação dialógica entre o universo do pesquisador e do pesquisado –, a ideia de “estar lá”, que ressalta a importância da presença do pesquisador o que lhe permite um mergulho intenso em uma nova cultura e relações, sendo tanto o observador quanto narrador do que se observa (GEERTZ, 2008).

Deste modo, a descrição densa feita para esta pesquisa se baseia não só nas entrevistas feitas com os atores-chaves, mas potencializada pelo acúmulo que adquiri ao longo dos dois anos trabalhando nos territórios, convivendo, tecendo relações, interseccionando culturas e observando a percepção dos Wai Wai sobre a ideia de desenvolvimento, o nível de organização socioeconômica das famílias e comunidades e das relações comerciais e de confiança com os demais atores envolvidos nesta pesquisa.

CAPITULO 2 – O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO

“O desenvolvimento terá de ser cultural no século XXI, ou não será” Javier Perez de Cuellar

O desenvolvimento para comunidades indígenas pode soar paradoxal e contraditório, uma vez que, historicamente, em nome desse paradigma, o acúmulo de riquezas se deu às custas da violação dos direitos de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. No Brasil, essa narrativa tem a marca de atividades como a corrida do ouro, o modelo latifundiário, a expansão das fronteiras pastoris e agrícolas, o agronegócio e o coronelismo.

Com a pluralidade cultural dos diversos países do mundo, a depender do adjetivo que é acrescentado e o qualifica, não é uma tarefa fácil definir desenvolvimento. As teorias vêm sendo gestadas em diferentes perspectivas teóricas, políticas e sociais, – o que é, como e porque ocorre – a partir de inúmeras abordagens, teorias e modelos, em diversas áreas do conhecimento – economia, geografia, sociologia, história, etc. – e nas diversas escalas territoriais – continental, nacional, regional ou local. A exemplo disto, estão as discussões sobre a economia política do desenvolvimento na América Latina (FURTADO, 2000), a teoria do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1982) e discussões sobre a compatibilidade entre desenvolvimento e a finitude dos bens da natureza (VEIGA, 2008; ALMEIDA, 1997; DIEGUES, 1992).

No Brasil, as características do modelo de desenvolvimento assumidas dominaram o pensamento político e econômico do país entre as décadas de 1950 e 1970 e caminharam no compasso da necessidade de estabilização monetária derivada de problemas inflacionários que o país enfrentara, de forma linear e evolucionista (BELLINGIERI, 2017). Em um contexto de modernização autoritária que ganhava força na ditadura militar, o caráter desenvolvimentista conservador do Brasil à época estava vinculado ao progresso técnico e ao crescimento econômico altamente concentrado em determinadas regiões e classes sociais, sem mudança significativa da distribuição da renda e das relações políticas e sociais (IVO, 2012).

A visão de desenvolvimento como crescimento econômico perdurou durante muito tempo e só nos últimos anos, a partir da década de 1990, as críticas à teoria do desenvolvimento conduziram o debate a outras abordagens. Eventos como *O clube de Roma* (1972), a *Conferência de Estocolmo* (ONU, 1972), o *Relatório Brundtland* (1987) e a *Rio-92* (1992)

foram o mote da construção de temas centrais relativos ao crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental, elevando ao debate internacional as preocupações com o limite dos bens da natureza e a hipótese de crescimento contínuo, onde novas pactuações foram feitas no sentido de construir um conceito de desenvolvimento sustentável (VARGAS, 2016).

Por outro lado, à margem dos debates centrais, autores radicais buscam soluções e construções de alternativas ao desenvolvimento que atendam de forma significativa parcela da população, destituída das condições básicas de vida, fomentando estratégias de bem viver estáveis, respeitando suas diferenças e que perdurem para a sociedade (GUDYNAS, 2011; ESCOBAR, 2015)

Esta nova reflexão e alternativas traz a ideia de “bem viver”, que segundo Mamani (2010) emerge dos povos indígenas como um modo de vida, baseado em uma organização que reflete a prática cotidiana, harmonia e equilíbrio com tudo o que existe. O Bem Viver possui muitas afinidades com as correntes “superfortes” do desenvolvimento sustentável, em que se reconhecem os valores intrínsecos à Natureza (GUDYNAS, 2011) e tem sido referido como: filosofia de vida (ACOSTA, 2010), cosmologia (WALSH, 2010), atitude de vida (CORTEZ, 2011), ontologia (THOMSON, 2011), modelo de desenvolvimento (RADCLIFFE, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2011).

Para Acosta (2016), a teoria do desenvolvimento se fortaleceu na promoção das ideias dicotômicas entre avançado/atrasado, desenvolvimento/subdesenvolvimento, pobre/rico, que estimulam a idealização do lugar de desejado baseado em uma visão utilitarista. Esse lugar de desejo é alcançado a partir da implementação de instrumentos e políticas padrões pré-estabelecidas que desconsideram raízes históricas e culturais e descaracteriza as especificidades de países e sociedades.

A compreensão do bem viver como uma alternativa ao desenvolvimento e, não mais, como um adjetivo relacionado,

implica um questionamento substancial às ideias contemporâneas de desenvolvimento e em especial ao seu vínculo com o crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os problemas da pobreza, sem esquecer que suas práticas acarretam severos impactos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2013, p. 2).

Não tenho a pretensão de realizar uma análise profunda das implicações e limites da abordagem global sobre desenvolvimento e alternativas de desenvolvimento, nem fazer

uma distinção sobre permanecer na ideia de desenvolvimento definida pela história ou buscar outra perspectiva anti-hegemônica. Pretendo mostrar que novas interpretações surgem no pensamento corrente como reflexo de uma mudança. Sendo assim, volto esta pesquisa para questões mais específicas como o impacto do desenvolvimento hegemônico em comunidades tradicionais e como se tem pensado o desenvolvimento local para a Amazônia.

2.1. Desenvolvimento local e sustentabilidade da floresta amazônica

Novas concepções de desenvolvimento, a fim de repassar responsabilidades aos atores locais e regionais, surgem num movimento de tentativa de atender demandas sociais básicas depois de verificadas as incapacidades do Estado de supri-las em níveis nacionais. Embora tal feito venha numa roupagem ideológica neoliberal de descentralização e redução do papel do Estado como provedor dessas políticas públicas, na prática, há uma transferência aos governos locais a gestão dos conflitos sociais (ULTRAMARI e DUARTE, 2011).

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou local do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia do desenvolvimento endógeno procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade local. (BARQUERO, 2001, p.39).

Para Buarque (1999), desenvolvimento local é

processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p. 9).

Sendo assim, o desenvolvimento local ou endógeno está além de um recorte territorial para ações e estratégias políticas e administrativas. O conceito abrange dimensões econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional de diferenciação das abordagens desenvolvimentistas em termos macro. Medeiros (2011) afirma, quase de forma unânime, que o desenvolvimento local não está relacionado apenas com

crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente.

Implícita no conceito de desenvolvimento local, por óbvio, está a escala territorial. Para Martins (2002), local refere-se ao nível de inter-relações pessoais, que pautam as construções de identidade em um território. É a partir deste espaço geográfico que o lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, elementos que o compõem – casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, hábitos, costumes, etc.

Outra variável que subsidia a construção do desenvolvimento local são novas tecnologias derivadas da acumulação de novos conhecimentos promovidas por meio de interações sociais, que para Carvalho (2010) surgem dentro do sistema econômico e produtivo local, afirmando que a produção de conhecimento e inovação resultante da cooperação entre as instituições locais leva ao aumento da produtividade dos agentes do sistema produtivo local, ou seja, as interações locais e o conhecimento acumulado entre os setores é capaz de produzir inovação, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região.

Para uma abordagem de desenvolvimento na Amazônia, a proximidade social é instrumento chave para o desenvolvimento rural. Esta proximidade supõe relação entre os atores, de forma que uma ação coordenada seja capaz de valorizar e produzir estratégias de incidência em determinada área de atuação (ABRAMOVAY, 2003; CARVALHO, 2010). Assim, as novas ações em determinado território acontecem a partir de desenhos de sistemas de produção coletivos, que possuem capacidade de abranger mais elementos necessários para se pensar o desenvolvimento em determinada região e atividade, considerando infraestrutura, relações do entorno institucional, mas para muito além disso, de construir “um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações” (ABRAMOVAY, 2003, p. 6).

Para a elaboração do desenvolvimento na Amazônia é preciso trazer à tona o pano de fundo crucial: entender as particularidades locais dos vastos territórios para além do geográfico, mas considerando os diferentes povos que habitam, com diferentes conhecimentos e saberes. As organizações locais produtivas bem ajustadas são ações coletivas com potencial de dar o tom para a construção de redes e elos entre atores na busca pelo desenvolvimento local, potencializando o capital humano, promovendo as

iniciativas de comunidades locais e visando assegurar o desenvolvimento a partir da sua perspectiva local.

Para Carvalho (2010), qualquer abordagem consciente sobre desenvolvimento na Amazônia deve ser feita de modo a integrar e consolidar as práticas tradicionais com conhecimento científico, num esforço visando o melhor aproveitando dos recursos disponíveis, com arranjos que perpassam desde estratégias de logística até as relações sociais imbricadas em determinadas atividades.

A contribuição mais relevante da teoria do desenvolvimento local, pensando na sua aplicabilidade aos contextos amazônicos, é a de identificar os fatores decisivos para a organização da produção, como: capital social⁶, capital humano, conhecimento e inovação tecnológica. Esses são atributos determinantes para o desenvolvimento endógeno e se alimentam de dentro para fora. As regiões dotadas desses fatores têm um maior potencial para atingir o desenvolvimento equilibrado (SOUZA FILHO, 2006).

2.2. Aumento da renda *versus* desenvolvimento social

Historicamente a Amazônia e seus povos indígenas sempre atuaram de forma periférica nas negociações e expansões econômicas mundiais, apesar de estarem em um lugar crucial para o desenvolvimento das cadeias: fornecedores de matéria-prima da sua extensa agrobiodiversidade a partir do manejo sustentável das florestas. Entretanto, a repartição do benefício nunca foi justa, e a distribuição de renda e os valores agregados aos produtos não são equitativos.

O crescimento do mercado e a valorização de cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade, em especial as cadeias inseridas em cadeias de valor global como a castanha-do-brasil e açaí, que antes era fundada em reciprocidade e solidariedade começa a dar lugar para mercados externos e cadeias longas, inserindo as populações tradicionais extrativistas em uma relação simbiótica de mercantilização (Silva *et al.*, 2019).

A implementação de estratégias de certificação, rastreabilidade, manejo sustentável, tanto nos processos de gestão quanto nos processos de produção e comercialização tem

⁶ Para uma síntese desse debate ver Bourdieu (1985) e Putnam (1993).

ganhado força para agregação de valor aos produtos, em busca de uma repartição de benefícios e remuneração justa aos extrativistas e produtores, aumentando assim a geração de renda de famílias e comunidades tradicionais que vivem da venda dos excedentes da floresta. Entretanto, há de se observar as implicações que isso gera nas comunidades tradicionais e indígenas, e como eles querem ser inseridos no modelo capitalista.

Com a expansão desses mercados promissores e a inserção de PI e PCTs e indígenas nas cadeias de valor globais, aspectos como a dinâmica social de uma determinada comunidade se alteram. A eventual degradação social das atividades laborais pode ocorrer em consequência da progressiva escalada dos produtos da sociobiodiversidade no cenário mundial. Vale refletir e atentar sobre as consequências desse fato, uma vez que a melhoria econômica, no sentido de aumento da lucratividade, não leva necessariamente à melhoria social dos trabalhadores envolvidos (BROWN, 2007; LOCKE et al., 2007; DOLAN, 2004; PEGLER et al., 2011).

Pegler (2015) apresenta em sua pesquisa algumas reflexões acerca das relações trabalhistas, a permanência da tradicionalidade de famílias ribeirinhas e o aumento do poder de consumo na cadeia produtiva do açaí. O acesso a tecnologias e o consumo alimentar tendem a mudar quando as famílias de comunidades tradicionais incrementam sua renda, outro ponto observado foi a disponibilidade e tempo de trabalho, que também são afetados, modificando características intrínsecas aos modos de viver desses grupos: a diversidade de suas atividades produtivas.

Outra perspectiva a respeito da reprodução socioeconômica em PI e PCTs a partir do aumento da produção extrativista é a de Rosário (2022), que discute sobre os impactos na qualidade de vida em famílias do estuário amazônico, no Amapá, motivados pela valorização do mercado de açaí. A autora aponta alguns pontos-chave como alimentação, que com o aumento da renda, foi impactada. Diminuiu-se o consumo de produção da roça nos quintais frente ao aumento do consumo de produtos industrializados oriundos dos grandes mercados, o que gera comprometimento nutricional. Moradia também foi um ponto destacado, uma vez que, com o aumento da renda, as práticas tradicionais de palha para cobertura das casas foram trocadas por telhas de amianto e pisos de cerâmica, o que

demonstra um aumento relativo na qualidade de vida, já que esse tipo de telha é considerado cancerígeno⁷, além de reter mais calor.

Apesar da redução das práticas de roçado e a relativização do bem-estar no que diz respeito às estruturas das casas, a autora destaca que a melhoria da qualidade de vida, refletida, sobretudo, na aquisição de bens de consumo e as melhorias na renda e no acesso ao transporte “possibilitaram autonomia para desfrutar da cidade sem abdicar do lugar de pertencimento” (ROSÁRIO, 2022, p. 114).

Por isso, os resultados e impactos da inserção de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais nas relações mercadológicas capitalistas precisam constantemente serem checados para entender os impactos que isso gera na tradicionalidade das comunidades. Para isso, compreender a relação desenvolvimento econômico e melhoria social é crucial. Milberg e Winkler (2011) contrastam as compreensões neoclássica e institucional da economia do desenvolvimento, pontuando que para a compreensão neoclássica, a ligação entre melhoria econômica e social é automática, ou seja, a medida que fomentamos um comércio ético e justo avança-se também na qualidade de vida social, enquanto para abordagem institucionalista, há regulamentações que fazem a mediação da relação.

Na perspectiva de análise das melhorias econômicas *versus* desenvolvimento social nas cadeias produtivas globais, é urgente o debate em torno das consequências do crescimento econômico do mercado de açaí, numa tentativa de mediar impactos de um mercado que já está estabelecido e em crescente expansão (PEGLER, 2015). A regularização por parte do Estado nas relações comerciais, através de mapeamento e assistência das unidades tradicionais produtivas, a aplicação de indicadores de impacto, tanto socioambiental, econômico e de governança para análise da expansão econômica e erosão das práticas culturais são estratégias que Plegler (2015) aponta como mitigadoras nesse processo de inserção de comunidades tradicionais na economia global.

Entretanto, “*nosso tempo estaria caracterizado pela imagem de que a terra gira em torno do dinheiro, sendo este necessário e desejado em toda parte*” (RIBEIRO, 2016, p. 152). O liberalismo de mercado serve como pano de fundo para reforçar os discursos de que populações tradicionais podem ser livres da dependência assistencialista do Estado, colocando-os, inclusive, no páreo frente às economias promovidas historicamente em

⁷ OMS. Organização Mundial de Saúde. Amianto Crisótilo [Chrysotile Asbestos]. Genebra, 2017.

território amazônico, motivadas pela destruição, como o garimpo e extração de madeira (CLAY, 2002).

Será que, de algum modo, esta lógica não implica que toda comunidade tradicional na Amazônia precisa de uma parceria comercial para seus negócios prosperarem e assim alcançarem o desenvolvimento? Para além disso, a proteção das florestas e sua biodiversidade estaria à mercê de boas parcerias comerciais entre povos tradicionais e empresas sociambientalmente responsáveis? As iniciativas de conservação da natureza baseadas no mercado cresceram (DE TOLEDO et al., 2017; CASTRO; FUTEMMA 2015), e num mundo onde a racionalidade econômica⁸ e a maximização dos lucros são os motes, é preciso compreender quais conexões empresas e Pi e PCT estão fazendo e de que forma elas dialogam, reconhecendo e respeitando suas lógicas específicas (RIBEIRO, 2016).

Apesar do aumento da entrada de empresas em busca de negócios sustentáveis a partir do manejo dos produtos da floresta entonar uma prática neoliberal, se sabe que desde os anos 2000 projetos de desenvolvimento sustentável baseados no mercado foram impulsionados por um governo desenvolvimentista, durante o mandato do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

Linhas de crédito para a agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), compra institucional de produtos da agricultura familiar (PAA e PNAE), parcerias entre organizações de base, pesquisadores, atores privados e ONGs, criação do Fundo Amazônia em 2008 – ampliando o apoio financeiro para iniciativas de base local –, Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) em 2009, que representou um importante mecanismo de desenvolvimento local, foram fundamentais para desenvolver mecanismos baseados no mercado para incentivar a conservação florestal (BRONDIZIO et al., 2021; CASTRO et al., 2014; WONG et al, 2018; DINIZ ; CERDAN, 2017).

O fato é que diversas iniciativas baseadas em desenvolvimento regional⁹, com foco em organização e promoção de bases comunitárias, se expandiram na Amazônia desde os

⁹ Ver Brondízio et al. (2021) para exemplos de iniciativas identificadas na Amazônia.

anos 2000, várias iniciativas contribuíram para transformações ambientais e sociais positivas em diferentes escalas e que oferecem empregos, geração de renda e promovem o manejo florestal (BRONDIZIO et al., 2021). É inegável a relevância que a atividade extrativista tem na história de povos tradicionais, quase 80% da população dos países em desenvolvimento depende dos PNFMs para sua subsistência, tanto economicamente quanto para nutrição (GOPINATH, 2022). No Brasil, em 2020, a soma do valor da produção dos PNFMs registrou crescimento de 21,6%, totalizando R\$ 2,3 bilhões (PEVS, 2022).

Mas é preciso compreender o outro lado da moeda, ou seja, de que forma toda essa geração de renda está permeando comunidades tradicionais e se transformando, de fato, em desenvolvimento social. Coelho de Souza (2010) discute o exemplo do povo Kisêdjê, que fora procurado pela Grendene, fabricante brasileira de calçados, para firmar contrato de cessão de padrões gráficos que seriam estampados nas sandálias da empresa. Entre diversas dificuldades que a autora relata em seu trabalho com relação à equação das distintas formas de pensamento sobre o produto, a restrição apresentada em contrato previa que o dinheiro recebido deveria ser usado para *“projetos de desenvolvimento comunitário com garantias de sustentabilidade”* (COELHO DE SOUZA, 2010, p. 20), o que ia de encontro com o desejo dos Kisêdjê, que era o de usar o recurso para comprar uma caminhonete. Tal prática busca tentar assegurar que o recurso não está sendo utilizado para outros fins que fogem ao propósito da parceira, como, por exemplo, com bebidas alcoólicas, cigarros, carros ou motores de barco.

Existem várias discussões sobre a estratégia convencional de desenvolvimento, ora destacando o papel do Estado, ora do mercado. Para as empresas, o desenvolvimento econômico é resultado da geração dos lucros, enquanto para ribeirinhos e indígenas, o dinheiro em si não é o objetivo final e sim o meio para adquirir as mercadorias desejadas, e assim está posta a relação entre os diferentes mundos. Ao Estado, tem cabido confiar na mão invisível do mercado.

2.3. Desenhando outros caminhos: O dinheiro dá em árvore

Antes a gente só comia (a castanha), depois a gente viu que dava pra trocar ela com os brancos por materiais, agora a gente vende nosso produto com nosso nome, pessoas conhecem castanha Wai Wai. Levi, tuxaua da comunidade Anauá, TI Wai Wai.

A floresta Amazônica e a região norte do país carregaram por muito tempo no imaginário popular o misticismo da selva brutal e paraíso terrestre. No século XVIII, foi base de extração de produtos florestais como resinas, óleos, canela, cravo, baunilha e borracha, para a exportação. O ciclo da borracha, que consistia na extração e comercialização de látex, entre os anos de 1879 e 1912, revigorando-se por pouco tempo entre 1942 e 1945, marcou o desenvolvimento das três principais capitais do Norte do país, Manaus, Belém e Porto Velho, colocando-as como as capitais brasileiras mais desenvolvidas com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas, construídos sob influência europeia (PONTES, 2014).

Com o declínio da borracha, a Amazônia passa a ser novamente conectada ao corpo da economia nacional por conta de uma ideologia de ocupação dos “espaços vazios” que, já no governo de Getúlio Vargas, é disseminada. Em 1953, com a criação da Superintendência de Plano de Valorização econômica da Amazônia (SPVEA), inicia-se a intenção de elaboração de um plano de desenvolvimento para a região (SERRA, 2004). Entretanto, poucos foram os impactos das ações governamentais nas dinâmicas ambientais.

Foi a partir da ditadura, em 1964, que o desenvolvimento nesta região ganhou força, atrelado ao desmatamento e destruição de áreas nativas para, a partir disso, se vislumbrar um avanço produtivo em uma lógica prioritariamente econômica e capitalista, que implica na invisibilidade e marginalização de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

A exploração nos territórios amazônicos é fortalecida devido às relações econômicas operadas com pouca institucionalidade e regras pouco definidas por parte do mercado e dos agentes estatais. Em algumas situações, essas relações têm como objetivo a maximização dos lucros, sem levar em consideração os impactos socioambientais resultantes da degradação. Entretanto, na contramão desse sistema predominante, com modelos de desenvolvimento impostos, existe a busca por uma economia pautada nos conhecimentos tradicionais e no manejo territorial sustentável como alternativas de geração de renda a partir dos produtos da floresta.

A determinação das formas de uso e ocupação da floresta Amazônica é crucial para a manutenção da vida do planeta. Territórios indígenas e quilombolas contém um terço de

todo o carbono armazenado em florestas na América Latina e as taxas de desmatamento dentro dessas áreas são 2,5 vezes menores do que fora delas no Brasil (FAO e FILAC, 2021). Baragwanath et al. (2020) apresentam a relevância das áreas indígenas como barreiras de proteção diante do avanço do desmatamento predatório, figurando estratégia importantíssima para assegurar efeitos como os das mudanças climáticas, que ameaçam as condições mínimas de habitabilidade do nosso planeta.

As dinâmicas de gestão comunitária dos bens da natureza destes territórios, a depender dos níveis de organização social, demonstram, segundo resultados do selo Origens Brasil, capacidade de abertura de caminhos para comercialização de produtos florestais em comércios mais justos, que garantam diálogos mais simétricos entre povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e o mercado (ORIGENS BRASIL, 2021).

Essa relação implica em dupla transformação dos atores envolvidos: para as empresas, uma oportunidade de incorporar boas práticas e comércio justo e do fomento de atividades não predatórias, e para as comunidades, cria-se a possibilidade de instaurar uma relação menos exploratória com o mundo capitalista, promovendo a produção de valores da floresta.

2.4. Uma nova economia da sociobiodiversidade

No mundo, o setor florestal contribui anualmente com cerca de U\$600 bilhões para o PIB global e fornece empregos para mais de 50 milhões de pessoas no mundo (BRASIL, 2019). Os Produtos Florestais não Madeireiros¹⁰, além de seu potencial para sustentabilidade reconhecido pela agenda 21, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), são importantes fontes de subsistência para populações tradicionais e estão em crescente protagonismo na economia local e regional, fornecendo, além da geração de renda, alimentos, medicamentos, usos cosméticos, construção de moradias, tecnologias tradicionais, produção de utensílios e tantos outros usos para cerca de 20% da população mundial, especialmente mulheres e crianças (FIEDLER et al., 2011; ICMBio, 2008)

¹⁰ Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO (1995), são classificados como: produtos para o consumo humano (alimentos, bebidas, plantas medicinais e extratos, como por exemplo, frutas, bagas, nozes, mel, fungos, entre outros); farelos e forragem (campos para pastagem); e outros produtos não madeireiros (tais como cortiça, resinas, taninos, extratos industriais, plantas ornamentais, musgos, samambaias, óleos essenciais, etc.).

Apesar de muitos dos PFNM serem utilizados principalmente na alimentação de subsistência, alguns possuem histórico de relações comerciais com foco nos mercados globais. Alcançar esses mercados vinha sendo o foco dos primeiros projetos voltados para promoção dos produtos como pano de fundo para o desenvolvimento local (DINIZ; CERDAN, 2017). Em 2019, os PFNM extraídos na Amazônia brasileira somaram pouco mais de R \$842 milhões em valor de produção. Desse total, o açaí (*Euterpe oleracea*) é o PFNM com maior participação em valor (70%), seguido da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), com 16% (SANTOS, 2021).

O caso da castanha-do-brasil envolve cerca de 60.000 famílias extrativistas, organizadas em vários pequenos negócios comunitários, colocando o país como maior produtor, com 33.000 toneladas/ano (TRIDGE, 2020). Sua coleta tem aumentado consistentemente a renda de dezenas de milhares de famílias extrativistas, tendo importantes efeitos multiplicadores nas ocupações urbanas.

No entanto, para Abramovay et al. (2021), a utilização dessa riqueza e o benefício que ela pode trazer para os moradores da floresta, populações urbanas adjacentes e para o mundo estão muito abaixo de seus reais potenciais. É urgente a necessidade de se revisar as condições preexistentes nos territórios e os impactos e desdobramentos que ficam para os extrativistas, marcados por mercados imperfeitos caracterizados por uma forte dominação clientelista e personalizada, além de relações comerciais informais localmente.

As iniciativas de produção econômica em territórios indígenas e áreas protegidas dialogam com o campo da chamada bioeconomia¹¹, que vem ganhando espaço nos debates sobre economia e desenvolvimento sustentável. E apesar da bioeconomia ser vista cada vez mais como uma panaceia global para a investida de diversos interesses divergentes (HORLINGS; MARSDEN, 2011), a economia da sociobiodiversidade vem sendo amplamente discutida, como conceito que melhor é capaz de contemplar com mais legitimidade a heterogeneidade e especificidades de uma economia que promova acesso justo aos benefícios gerados pelo uso dos bens da natureza, acreditam os especialistas do ÓsocioBio¹².

¹¹ Para uma síntese desse debate, ver Bergamo et al. (2020).

¹² “Um coletivo de organizações da sociedade civil e movimentos sociais ligados à economia dos produtos da sociobiodiversidade e de seus territórios, que buscará acompanhar e influenciar positivamente as políticas no Congresso Nacional e no Executivo relacionadas à temática (ISA, 2022).

Mas, para que as economias da sociobiodiversidade possam emergir é preciso passos mais largos e significativos, a começar pelo Estado, atuando de forma a garantir a proteção dessas áreas, investindo com qualidade no fortalecimento das comunidades tradicionais, através de educação e saúde, permitindo a reprodução social e de seus modos de vida, fomentando a economia dentro da floresta.

Outro ponto crucial para remodelar e emergir uma nova economia da sociobiodiversidade é entender os modos de vida tradicionais, práticas de manejo sustentáveis da floresta e gestão territorial, como diferentes modos de se fazer uma economia do cuidado. Adentrar as dinâmicas produtivas e sociais de comunidades tradicionais a partir do respeito aos modos de pensar desses sujeitos, valorizando e incentivando as formas de economia que emergem da floresta e dos rios, os processos de produção e construção do conhecimento, com a inserção de tecnologias apropriadas que valorizem práticas culturais, sociais e ambientais, são o caminho para democratização da ciência, emancipando grupos marginalizados e suas práticas sociais. É o desenvolvimento da economia da natureza (SANTOS, 2018; ABRAMOVAY, 2019; SANTOS, 2000).

2.5. O extrativismo da castanha-do-brasil em Roraima: aspectos socioeconômicos e socioculturais

Pertencente à família botânica Lecythidaceae, a *Bertholletia excelsa* H. B. K., tradicionalmente conhecida como castanha-do-pará, castanha-do-brasil, castanheira ou castanha-da-amazônia, está entre os produtos florestais não madeireiros (PFNMs) mais importantes para a Amazônia em termos de renda para populações tradicionais extrativistas. Em termos nutricionais, sua amêndoa possui um alto valor energético e alta concentração de proteínas, características que vem tornando a amêndoa um alimento de destaque na dieta nacional e internacional. Marcado por sua coleta extrativista, poucos são os castanhais plantados com objetivos comerciais (WADT; KAINER, 2009).

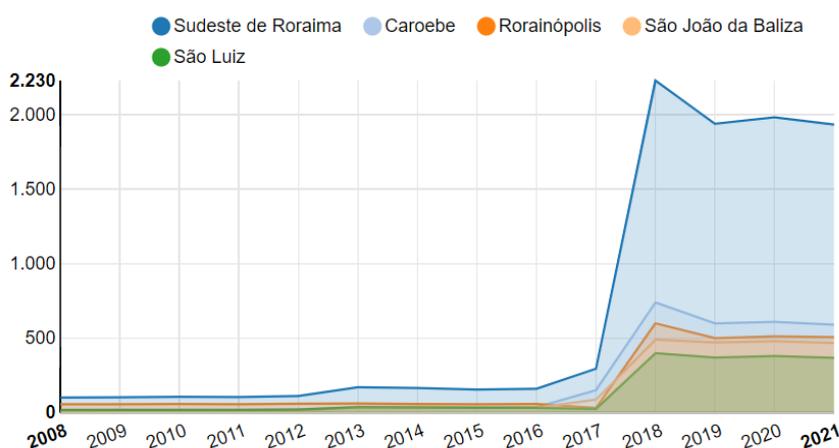
Com uma exploração coordenada por empresas exportadoras, a comercialização e distribuição da castanha aproveitou a infraestrutura e atores ligados aos ciclos da borracha na Amazônia, com diversos níveis de intermediação ao longo da sua cadeia de negociações, chegando a ter 85% de sua produção vendida fora do Brasil (DINIZ, 2008;

FILOCREÃO, 1992). Entretanto, os níveis de aflatoxina¹³ acima do permitido presente na castanha exportada para Europa no início dos anos 2000 levaram a uma crise nas relações comerciais, forçando a busca por mercados alternativos e locais (DINIZ; CERDAN, 2017).

No Brasil, os estados produtores de castanha-do-brasil concentram-se na região norte do país: Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá. O estado do Mato Grosso, com parte de seu território no bioma Amazônia, também é responsável por uma parcela da produção brasileira. Segundo dados do Observatório da Castanha (2023), na safra de 2020 o Brasil produziu 33,1 mil toneladas. Deste total, 14,7 mil t (45%) foram para exportação e 18,3 mil t (55%) ficaram no mercado interno.

Em Roraima, a produção está totalmente concentrada na microrregião sudeste do estado, contemplando os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis (figura 1).

Figura 1- Extração de castanha em toneladas no sudeste de Roraima



Fonte: PEVS/IBGE, 2022

É sabido que os dados de produção do extrativismo vegetal no Brasil são subestimados, justificado muitas vezes pela complexidade das regiões produtoras, a informalidade na comercialização e o baixo apoio dos gestores locais no apoio a essas cadeias. Segundo dados de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) (IBGE, 2021), a

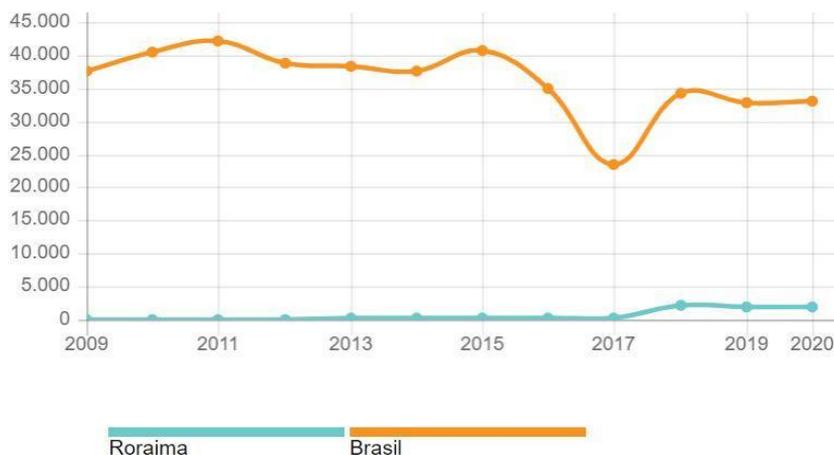
¹³“As aflatoxinas são toxinas produzidas por fungos (*Aspergillus flavus*, *A. parasiticus* e *A. nomius*) cancerígenas para animais e humanos. Estudos têm analisado esta contaminação em castanha-do-brasil, desde o rechaço da União Européia, em 2003, de lotes do Brasil com elevada contaminação” (COSTA et al., 2017).

mesorregião Sul de Roraima, apresentou uma produção de castanha-do-brasil que variou entre 105t em 2011 e 1.982t em 2020.

Apesar de, numa comparação com a produção total do Brasil (figura 1), a parcela produzida nessa região ser pouco expressiva, Roraima fica em quarto lugar entre os estados produtores no país, com 6% da produção, e a castanha é o produto florestal que apresenta a maior regularidade de produção no estado desde 1920, e também é o único produto de extrativismo vegetal que tem se mantido no registro dos censos (BRASIL, 2015).

Mesmo com as subnotificações, assimetrias de informações e o conhecimento de que parte da castanha de Roraima tem sido escoada para outros estados, especialmente Amazonas por meio da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, existe na castanha uma significativa importância socioeconômica e histórico-cultural para as comunidades locais (MAROCCOLO et al., 2021). Na figura 2 é possível observar que só a partir do ano de 2017 que a castanha-do-brasil começou a entrar nos dados de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) de Roraima.

Figura 2 – Comparação da produção de castanha em toneladas.



Fonte: PEVS/IBGE, 2022

A ausência da participação do estado nos dados do IBGE não significa uma ausência de produção entre os anos de 2009 a 2017, mas sim a falta de formalização da produção, escoamento dos produtos pelo Amazonas e Pará, o que enfraquece os subsídios para pleitear frente ao Estado melhores investimentos nesta cadeia, mascarando a potencialidade da produção de povos indígenas na região.

CAPITULO 3 – DAS TROCAS INTERÉTNICAS À RELAÇÃO CONTEMPORÂNEA COM OS KARAIWA: E A CASTANHA COM ISSO?

O presente capítulo consiste no resultado de um apanhado literário, discursos obtidos em pesquisa de campo e notas que foram tomadas por meio da observação participante proporcionada pelo período de mais de um ano acompanhando as dinâmicas locais e das famílias Wai Wai.

Num primeiro momento, me atenho a apresentar de forma sucinta quem é o povo Wai Wai e a contar de forma breve como se deram suas relações interétnicas, a inserção na economia capitalista e as formas de domesticação que foram sendo criadas e aperfeiçoadas para a interação com o mundo dos não-indígenas. Em seguida, a castanha-do-brasil toma o protagonismo desta pesquisa como produto extrativista da floresta responsável pelas aproximações comerciais deste povo com os meios de produção e economia dos não-indígenas, intensificando a relação com o dinheiro e o mundo capitalista. É sob as castanheiras que as histórias e situações apresentadas no decorrer deste trabalho se desenvolvem.

O enfoque deste capítulo é apresentar a perspectiva deste povo sobre o desenvolvimento que se tem – e que se almeja –, compreender, em certo nível, no que se traduz a geração de renda obtida pela castanha e de que forma isso reverbera nas dinâmicas socioeconômicas dos municípios do interior do sul de Roraima.

3.1. Quem são os Wai Wai

O povo Wai Wai (figura 3) é identificado como povo indígena oriundo da fronteira da região da Guiana Inglesa, no Norte do Brasil. Entretanto, com fama de grandes viajantes, se dispersaram pelo extremo norte do Brasil. Sua população, em diferentes momentos históricos, viveu na região que abrange o Rio Essequibo na Guiana, os Rios Anauá e Jatapuzinho em Roraima, os Rios Jatapu e Nhamundá no Amazonas, e o Rio Mapuera no Pará.

Figura 3 - Wai Wai reunidos na comunidade Jatapuzinho

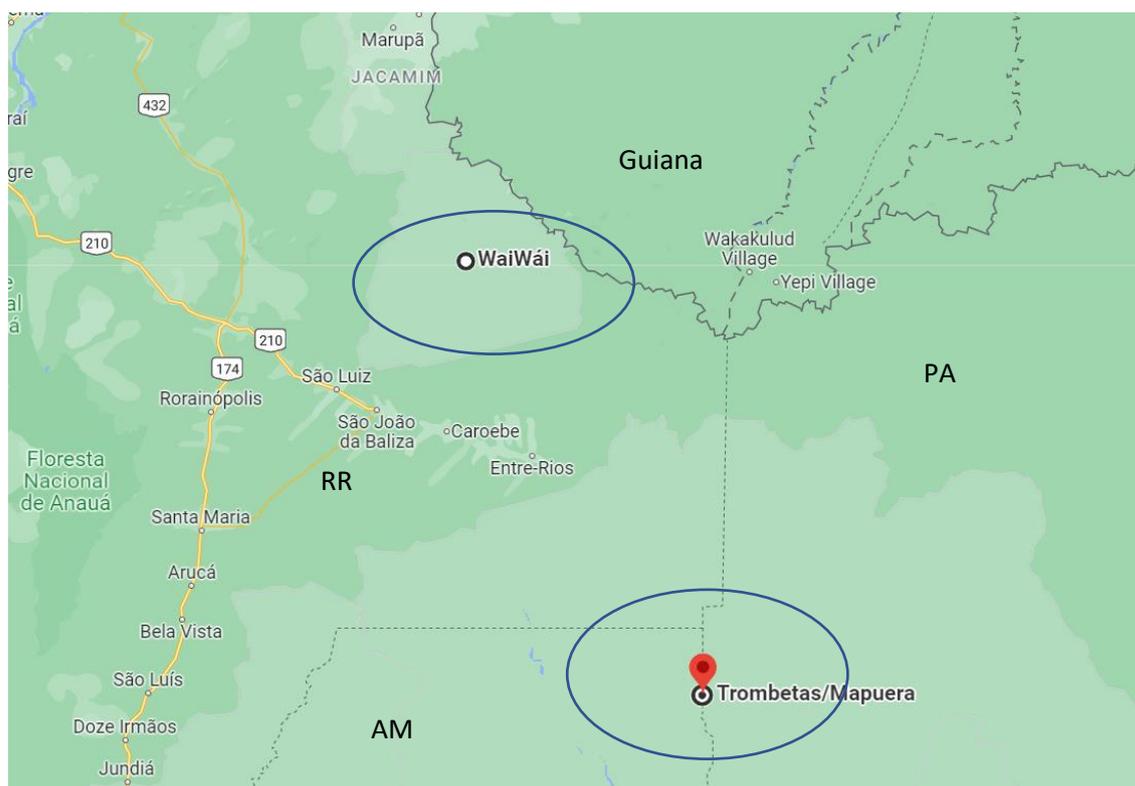


Fonte: Foto da autora, 2022.

No estado de Roraima, os Wai Wai se concentram em duas Terras Indígenas ao sul, chamadas Terra Indígena Wai Wai e Terra Indígena Trombetas Mapuera, sendo a última situada na região fronteira de Pará, Roraima e Amazonas (figura 4). No Brasil, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena/SESAI (2014), os indígenas reconhecidos como desta etnia são 2.502 e estão distribuídos nos dois estados, sendo o Pará com maior população, seguido de Roraima. Entretanto, os dados são dinâmicos, havendo flutuações conforme a estação do ano e movimentações das famílias.

Para falantes da língua da família Caribe (OLIVEIRA, 2010), o termo “Wai Wai” é utilizado como etnônimo coletivo para denominar este grupo que faz parte do complexo cultural Tarumã-Parukoto, onde vivem diversos outros povos como os Karapawyana, Katuena, Tikiana, Xereu, Tunayana, entre outros (DE QUEIROZ, 2008). Esses povos, que viviam espalhados pela bacia do Essequibo, Anauá, Jatapu e Mapuera, se interligavam por meio de uma linguagem ritual das trocas, inclusive de mulheres.

Figura 4 - Mapa de distribuição das TIs.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para entender o surgimento do etnônimo coletivo Wai Wai, precisamos conhecer a história da participação dos missionários e da evangelização no processo de formação desse núcleo. Na década de 1950, missionários protestantes norte-americanos da Unevangelized Fields Mission (UFM) instalaram postos entre aldeias do rio Essequibo e, a partir desse contato, começaram a acompanhá-los durante as visitas a outras aldeias para “levar a palavra”.¹⁴

Segundo Coelho e De Azevedo (2018),

A UFM tinha um programa complexo para a evangelização indígena que consistia em aplicar o evangelho, junto às questões relacionadas à saúde, educação e a moral cristã. Os missionários que chegavam principalmente dos EUA, passavam por um processo de formação no Brasil que compreendia um curso sobre a língua portuguesa e cultura brasileira, depois faziam um curso de sobrevivência na selva junto aos indígenas já evangelizados e assimilação de diferentes línguas indígenas, finalizando com estágio em uma comunidade indígena brasileira relativamente longe da sede, em Belém (COELHO ; DE AZEVEDO, 2018, p. 5).

¹⁴ Essa não foi a primeira incursão da igreja junto aos Wai Wai. Ewká, ancião e antigo xamã, fala que houve outras tentativas de aproximação da igreja e evangelização, entretanto, os Wai Wai não permitiram, alegando não enxergar vantagens no processo de aproximação e trocas.

A partir desse polo inicialmente montado, vários grupos começaram a se juntar, intimidados pelas profecias catastróficas do evangélico, mas também interessados e curiosos nos bens e remédios do universo dos não-indígenas (HOWARD, 2002; DE QUEIROZ, 2008).

E assim, num processo longo de evangelização de diversos povos que se conectavam e interagem, o movimento de “waiwaização” resultou neste grupo interligado pela palavra do senhor, agregando aldeias e etnias, tornando-se então Wai Wai (HOWARD, 2002). A missão – que agora se denomina Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) – trouxe mudanças significativas para a vida desse povo. Os missionários foram particularmente ativos na imposição de valores ocidentais aos indígenas, incluindo a introdução de novas práticas religiosas e culturais e a extinção de muitos costumes sociais. Um exemplo é o calendário de festas, que hoje é marcado apenas pela Páscoa e Natal, não obstante, datas simbólicas para o cristianismo.

3.1.1. A domesticação dos brancos e das mercadorias

As narrativas sobre como os indígenas socializaram os não-indígenas e vice-versa é complexa e dialética. Apesar da interferência direta dos missionários na cultura e valores tradicionais dos Wai Wai, Howard (2002) relata que foi pela domesticação dos objetos dos brancos através dos rituais de trocas que os Wai Wai buscaram exercer algum controle sobre os não-índios, mantendo assim traço característico da sua tradicionalidade: cultivar relações com o externo, sem se deixar dominar por eles.

Ainda nos dias atuais, os Wai Wai assumem uma postura de “casta superior” à dos *karaiwa*¹⁵, e estão convictos de que não foram dominados nem domesticados pelos missionários evangélicos. Protagonistas num processo de pacificação e domesticação, Howard (2002) destaca como vitória a habilidade de intercambiar e negociar deste grupo, não caindo no jogo da exploração econômica dos não-indígenas, mas acreditando numa troca recíproca.

Fizeram o possível pra conduzir suas relações com os diversos agentes de contato de modo a preservar sua própria independência, mobilidade e liberdade para escolher alternativas. Demonstraram habilidade política ao jogarem deliberadamente uns brancos contra outros, a fim de gerar competição pela sua lealdade: a Funai contra a agência indigenista guianense, os missionários contra a Funai e os missionários da MEVA contra os itinerantes do Jatapu, sem falar dos antropólogos como eu contra todos os outros. Com táticas desse tipo,

¹⁵ São os não-índios na língua materna dos Wai Wai.

procuravam novos espaços de manobra apesar da crescente intrusão dos brancos (HOWARD, 2002, p. 450).

Entretanto, esses esforços e resistências apenas contornam a situação, ainda os expõem ao envolvimento com a economia do mercado capitalista, o que pude observar ao longo dos meus dois anos de trabalho de campo. Essa exposição provocou profundas fissuras no que tange a tradicionalidade material e imaterial de sua cultura, pondo em risco sua autodeterminação.

A tecnologia dos *karaiwa* começou a chamar a atenção dos Wai Wai, uma vez que se dão conta que determinados instrumentos, como facão, motosserra, motor de popa, facilitam seu trabalho nas roças, caça, pesca e extrativismo. E não é de hoje que eles fazem negócio com os não-indígenas para ganhar dinheiro. O *purantan*¹⁶ faz parte da vida dos Wai Wai e, embora eles ainda conservem seu ar de superioridade e, de alguma forma tenham incorporado os efeitos das práticas econômicas à lógica do sistema social de suas comunidades, reconhecem também o perigo a longo prazo na construção de relações sociais e manutenção cultural.

3.1.2. A socioeconomia Wai Wai

Assim como diversos outros povos tradicionais que vivem da floresta e do extrativismo, os Wai Wai possuem uma diversidade de produtos extrativistas, além de roças, caça, venda de artesanatos e pesca para subsistência e manutenção da soberania alimentar das suas comunidades. São assim caracterizados como policultores, pois são múltiplas as atividades exercidas por esses sujeitos na busca de uma melhor qualidade de vida.

Para Schroder (2003), a agricultura de povos indígenas representa, pelo menos, 50% de suas atividades econômicas. Os Wai Wai são conhecidos pela sua alta capacidade produtiva e essa abundância já permitiu o acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), comercializando em 2021 mais de 30.000 quilos e em 2020 mais de 14.000 quilos de produtos da roça, entre eles batata-doce, batata, abóbora, mamão, entre outros no CRAS do município de São João da Baliza (figura 4).

¹⁶Dinheiro na língua materna Wai Wai.

Figura 5 - Entrega de produtos da roça no CRAS do município de São João da Baliza.



. Fonte: Foto cedida pelo CRAS/RR de São João da Baliza, 2021

A farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), base da alimentação, e elemento que caracteriza este povo, também é comercializada pelas famílias nos municípios vizinhos. Atualmente, é vendida a um preço médio de R\$ 600,00/saco, que varia de 50 a 60kg, e é produto importante para geração de renda das famílias na entressafra da castanha. Mas, de certo, a castanha-do-brasil vem assumindo papel protagonista não só em termos de volume de geração de renda e produção, mas também de comunicação para fora do estado de Roraima.

Outros produtos, que embora não tenham uma cadeia estruturada e uma organização coletiva proposta, estão nas cestas dos produtos disponíveis nos territórios. A copaíba (*Copaifera langsdorffii*), cumaru (*Dipteryx odorata*), puxuri (*Licaria puchury-major* (Mart.) Kosterm), andiroba (*Carapa guianensis*), são produtos que constantemente vem à tona nas conversas com os indígenas, como desejo de ampliar e aperfeiçoar os trabalhos dessas cadeias, uma vez que estão disponíveis nos territórios e são potenciais fontes de renda promissoras.

3.1.3. *Títko*: A castanha-do-brasil

A extração dos produtos que vêm da floresta e a auto sustentação das comunidades é um ponto importante para manutenção das relações cosmológicas dos povos tradicionais com o meio em que vivem. A castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) sempre esteve presente na cultura tradicional dos Wai Wai e faz parte da sua dieta, igualmente como a goma de

mandioca (*Manihot esculenta*) e a banana regional, que predomina na paisagem quando se observa as roças das famílias.

É a partir da castanha-do-brasil que eles fazem uma gama de pratos deliciosos e tradicionais, que compõem a alimentação de subsistência das famílias. O *Paapa*, o famoso beijú de castanha (figura 5), muito saboroso e crocante; o óleo da castanha; o *mawkîn*, o mingau de leite de castanha, as famílias consomem esses alimentos a incontáveis gerações. A castanha também está marcada nas tramas de seus artesanatos, que remetem à árvore castanheira. Eles adornam cocares, peneiras, saias, pulseiras e colares com esses desenhos.

O caso do *mawkîn*, que consiste numa mistura de farinha de tapioca com castanha, resultando numa espécie de paçoca, também tem ganhado destaque como estratégia socioeconômica. Produto tradicionalmente feito para subsistência, vem ganhando espaço como estratégia de geração de renda, sendo comercializado no mercado regional de Roraima e inserido no cardápio da merenda escolar tradicional do PNAE, diversificando a fonte de renda para as famílias e permitindo uma experiência gastronômica Wai Wai para os não-indígenas.

Figura 6 - Paapa, beiju de tapioca com castanha.



Fonte: Foto da autora, 2022

No estado de Roraima, os Wai Wai são reconhecidos como os principais extrativistas de castanha, e sua capacidade produtiva chama a atenção. Apesar disso, a prática de coleta

do ouriço não é de exclusividade deste povo, sendo também desenvolvida por colonos, em assentamentos rurais, por ribeirinhos, na região do baixo rio Branco (TONINI, 2014).

A safra acontece entre os meses de maio e agosto, período de entressafra nas outras regiões amazônicas produtoras de castanha-do-brasil, o que favorece a comercialização em época de baixa oferta nos demais territórios. O período da coleta é feito no inverno, onde os rios estão cheios e permitem a fácil navegação para alcançar os castanhais mais distantes, e escoar a produção. As famílias ficam de um a dois meses na floresta (figura 6) em função desta atividade, que apesar de exaustiva, é a que melhor remunera os indígenas, e a frente de comercialização que mais se aproxima dos modelos capitalistas, central para a geração de renda das famílias (GUTIERREZ, 2010; PORTO, 2016).

Figura 7 - Coleta da castanha na safra de 2022 na TI Wai Wai



Fonte: Foto da autora, 2022

Para os Wai Wai, a relação de troca junto aos *karaiwa* começou muito antes da inserção do capitalismo no cotidiano, partindo de um desejo e cobiça aos materiais manufaturados e industrializados dos não indígenas que, no entendimento deles, facilitam o trabalho em campo. E é a partir dessa percepção e com os centros urbanos cada vez mais próximos de suas terras, gerando uma aproximação com as relações de mercado, que este povo começa sua busca por uma comercialização da produção de forma mais organizada, que até então era feita exclusivamente junto aos atravessadores¹⁷.

¹⁷ Comerciantes que financiam a safra da castanha-do-brasil com capital investido por “patrões”.

Em 2008, com a forte influência do Conselho Indígena de Roraima, pensando na prospecção de projetos para as comunidades, cria-se no território Trombetas Mapuera a associação denominada Associação dos Povos Indígenas Wai Wai (APIW), que à época representara os interesses das até em então oito comunidades indígenas. Num segundo momento, a iniciativa de formalização da organização social ancorada na tentativa de solucionar o problema do escoamento e comercialização da castanha-do-brasil (PORTO et al., 2016).

No ano seguinte à fundação da APIW, marcado por desavenças entre lideranças indígenas nos territórios TI Wai Wai e TI Trombetas Mapuera, outra associação foi fundada na TI Wai Wai: Associação Indígena Wai Wai do Xaary (APIWX). E, mais recentemente, no ano de 2018, a Associação Indígena Wai Wai da Amazônia (AIWA) foi fundada para representar o povo da comunidade Anauá, na TI Wai Wai.

O trabalho deste povo com a castanha chamou a atenção e ficou conhecido na região sul do estado, atraindo atenção de órgãos como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)¹⁸, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), UFRR e MAPA, assim como empresas interessadas em comprar a produção. As boas práticas do manejo da castanha chegaram aos Wai Wai, num primeiro momento, por meio dessas entidades mencionadas.

Com o apoio da Embrapa Roraima junto ao projeto Florestar, do Sebrae-RR, os Wai Wai começaram a receber iniciativas de fortalecimento de organizações de base comunitária com o intuito de melhor estruturar a produção florestal, contribuindo para que os indígenas tomassem conhecimento do valor de mercado da castanha e tivessem condições de acessar preços mais justos (BARBOSA, 2011), além de apoio para o acesso à política pública de fomento como o PAA Formação de Estoque¹⁹.

Com relação ao acesso ao PAA Formação de Estoque, as associações conseguiram por dois anos acessar o empréstimo oferecido pela CONAB, entretanto, no primeiro ano, com o acompanhamento técnico da FUNAI e SEBRAE, a associação conseguiu administrar o

¹⁸ O órgão federal responsável pela política indigenista brasileira passou a ser denominado Fundação Nacional dos Povos Indígenas a partir do terceiro mandato do presidente Lula.

¹⁹ PAA Formação de Estoque visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações (MDS).

recurso. Já no segundo ano de acesso, sem apoio de instituições parceiras, a geração de inadimplência causou um rombo nas associações. Neste caso, as barreiras organizacionais inibidoras de um bom desempenho no acesso às políticas públicas, como falta de planejamento, rigidez na burocracia, sistema de contabilidade inadequado, falta de capacidade técnica e prestação de contas onerosas precisam ser discutidas no âmbito dos formuladores das políticas, a fim de adaptá-la a pluriatividade rural.

Concomitantemente à implementação desses projetos, as relações comerciais começam a se formalizar em meados de 2012 com a empresa Palmaplan Agroindustrial LTDA, que comprou toda a produção de castanha. O contrato previa a compra de 2100 sacas, o que equivale a 31,5t, por R\$120,00/saca, mas as sacas extras também foram compradas pela empresa a R\$80,00/saca. Segundo a fala do atual presidente da associação APIW, o contrato foi cumprido por ambas as partes e as comunidades tiveram lucro. A castanha foi comprada visando a produção de óleo, no entanto, a empresa não conseguiu vender sua produção, o que prejudicou uma renegociação com os Wai Wai.

Nesse processo, outros parceiros se juntaram no fortalecimento da cadeia produtiva da castanha-do-brasil nas TIs do povo Wai Wai. Desde 2017 o Instituto Socioambiental (ISA) atua nos territórios para contribuir com parcerias para uma comercialização justa, reforço de boas práticas de manejo e proteção territorial, uma vez que a atividade de coleta da castanha não gera apenas renda para as comunidades, mas contribui para contenção de entrada dos invasores (ISA, 2019). E é a partir dessa atuação do ISA enquanto instituição e apoio que assessora as associações, que foi possível obter registros do histórico produtivo das associações, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Produção de castanha-do-brasil por ano nas Terras Indígenas Wai Wai e Trombetas Mapuera.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Produção/t	67,5	55	65	0	150

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo os três presidentes das associações entrevistados para esta pesquisa, foi só a partir da entrada do ISA, no ano de 2018, que os registros começaram a ser feitos de forma sistemática, o que demonstra a imaturidade das associações no controle das suas

informações. Além disso, os dados referentes à produção comercializada pelas associações só foram acessados a partir dos registros mantidos pelo ISA, acessados através da entrevista com o então assessor técnico responsável pelo apoio às associações.

Nenhuma das três diretorias²⁰ tinha em posse essas informações registradas, o que demonstra um certo grau de dependência da instituição de apoio para comercializações formalizadas. Quando questionados do porque da ausência dessas informações, foi unânime a alegação de que essas informações quem cuidava era o ISA.

Não sei quando foi a maior safra de castanha que a associação já comercializou, não tenho histórico. Ano passado eu sei que foi safra boa, mas não tenho histórico dessas informações. Acho que 2012 foi bom porque eu quebrei muita castanha, então foi bom, mas as informações da associação têm que procurar talvez com o ISA.
Geovane Santos, presidente da APIW.

Para os Wai Wai, a formalização dos processos e registros que envolvem a comercialização da castanha ainda não foram internalizados. Por outro lado, fica claro que eles utilizam da assessoria prestada pelo ISA para terceirizar processos burocráticos e administrativos. As exigências burocráticas, administrativas e financeiras necessárias para a boa manutenção e regularização de uma associação não estão de acordo com os modelos conhecidos pelo povo, o associativismo está formatado para os não-indígenas, o que vai reverberar em diversos entraves inclusive para o acesso de políticas públicas. Junto a isso, há de se questionar o papel da instituição de apoio no tocante ao formato paternalista de assessoria, que por vezes incuba as atribuições das associações.

Dados coletados com ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (IATER) para a produção de castanha no estado de Roraima para o ano de 2022 aponta que na região do município de São João da Baliza o volume comercializado pelos indígenas foi de 240 toneladas. Isto difere do que foi informado pelas lideranças indígenas entrevistadas para esta pesquisa, que apontaram o ano de 2022 como supersafra, estimando a coleta de 350 toneladas de castanha.

Outro órgão que realiza o levantamento produtivo dos indígenas da região é a Funai, que foi uma parceira importante para os Wai Wai no impulsionamento da produção e comercialização da castanha. Foram os responsáveis por identificar o potencial produtivo

²⁰ Com exceção da APIW, os mandatos dos diretores orbitam sempre entre o mesmo grupo, diretorias orbitam sempre entre o mesmo grupo, o que levou a ausência da necessidade de realizar a pesquisa com as antigas diretorias.

e incentivar a formalização e boas práticas da atividade, inclusive apoiando na construção de paióis de secagem e armazenamento. Entretanto, segundo os próprios Wai Wai, depois da chegada do ISA, a Funai “*abandonou*” a parceria, numa tendência de quase substituição das operações pela instituição parceira. Apesar disso, seguem através de pesquisas feitas pelos técnicos da Coordenação Regional de Roraima, junto às comunidades indígenas localizadas nos municípios de São João da Baliza e Caroebe, mapeando a produção (tabela 2).

Essa forma de levantamento de informação é sensível e frágil, entretanto, tem sido a forma mais fidedigna de entender e dimensionar a capacidade produtiva dos territórios, pois considera não apenas a produção comercializada formalmente pela associação, entrando na conta o que é comercializado para atravessadores, mesmo que seja um dado declarado de forma tímida e desconfiada por alguns indígenas.

E o que demonstra isso é que, apesar de não ter sido possível realizar uma entrevista robusta com os atravessadores da região, foi possível levar algumas informações com a empresa Mutran, usina de beneficiamento no Pará, que informou que no ano de 2022 comprou cerca 216 toneladas dos Wai Wai da região do Jatapu (TI Trombetas Mapuera), com intermediação feita por atravessadores. Ele alega que essa comercialização foi feita logo no início da safra, meados de abril e maio. Ele ainda alega que essa foi a melhor castanha que recebeu dos Wai Wai no ano passado, bem diferente da que chegou em agosto e setembro – produção que foi apoiada pelo ISA e comercializada pela associação.

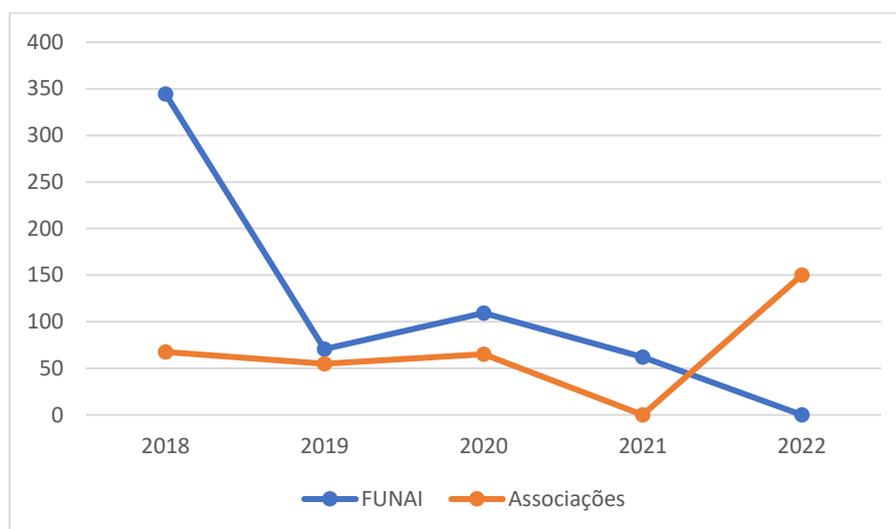
Tabela 2 - Extrativismo da castanha do Brasil dos indígenas da etnia Wai Wai nos dois territórios.

ANO	TONELADAS	VALORES R\$
2010	227,8	387.175,00
2011	109,1	258.670,00
2012	217,5	450.175,00
2013	0	0
2014	197,6	545.233,00
2015	118,7	264.233,00
2016	176,9	678.449,00
2017	57,3	550.630,00
2018	344,4	908.715,80
2019	70,5	214.016,02
2020	109,5	450.200,00
2021	61,9	425.872,00

Fonte: FUNAI, 2021

Quando comparados os dados da FUNAI (figura 8) com as informações obtidas pelos registros das três associações, observa-se que a atuação dos atravessadores na região e o nível de informalidade nos fluxos de comercialização saltam aos olhos, entretanto, essa dinâmica não é uma exclusividade da região Wai Wai e não da castanha-do-brasil. Um levantamento de dados dos potenciais reais dos produtos da floresta pode trazer benefícios não só para extrativista, mas também para as populações urbanas adjacentes (ABRAMOVAY et al. 2021) e na perspectiva do pensamento de uma nova economia para sociobiodiversidade, é extremamente importante equacionar essa falha para que informações mais qualificadas a respeito da produção extrativista sejam aportadas com qualidade.

Figura 8 - Gráfico comparativo da produção de castanha-do-brasil.



Fonte: Elaborado pela autora

Entretanto, é na criatividade e urgência da informalidade, que a produção de castanha-do-brasil segue dinamizando e sustentando as necessidades de povos tradicionais na Amazônia. Nesta pesquisa, foi observado poucas ações por parte de instituições governamentais locais no sentido da formalização da produção. Na contramão disso, incentivos como o Projeto de Grãos do Governo de Roraima, com a distribuição de sementes de milho e maquinário para abertura de áreas de plantio começam a ser incrementados na TI Wai Wai com o discurso de apoio às iniciativas de desenvolvimento.

Discutir o desenvolvimento local no interior da Amazônia se torna mais urgente e sensível. Como já abordado por diversos atores apresentados nesta pesquisa, o desenvolvimento local precisa estar alinhado com as especificidades locais e ambientais, promovendo a potencialização das frentes fortes de atuação que ainda não são estimuladas (BARQUERO, 2001; BUARQUE, 1999; MEDEIROS, 2011; MARTINS, 2002; CARVALHO, 2010). No caso de Roraima, um estado indígena, cercado por florestas e áreas de lavrado²¹, é preciso repensar as estratégias de desenvolvimento local que

²¹É um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. A vegetação nativa e diversificada do Lavrado Roraimense é composta por vegetações de pequeno, médio e grande porte, como por exemplo, gramíneas; (*Trachypogon plumosus*), o Caimbé (*Curatella americana*) e o Buriti (*Mauritia Flexuosa*) (NASCIMENTO; ROLIM LINS, 2018).

realmente olhe para essas particularidades e estimule as frentes que já estão estabelecidas, porém carecendo de incentivos e fomentos.

3.1.3.1. A relação com os atravessadores e a informalidade da cadeia

Segundo Barbosa (2011), até 2009 os Wai Wai comercializavam em forma de escambo, onde atravessadores aportavam ferramentas, alimentação e gasolina e quando retornavam com a castanha, eram descontados os valores dos materiais fornecidos e o restante pago em dinheiro ou em outros bens de desejo. Atravessadores são figuras importantes nas cadeias produtivas de produtos extrativistas, uma vez que cumprem o papel de garantir o adiantamento necessário para que os coletores se organizem para o início da safra. Apesar disso, não são bem vistos por muitos pesquisadores e representantes de órgãos públicos, o que leva a construção de estratégias constantes para elimina-los (DINIZ, 2008).

É desejável que esforços continuem sendo feitos para que os extrativistas comercializem seus produtos de forma mais justas com outros elos da cadeia, entretanto, para os Wai Wai, os atravessadores cumprem um papel importante. Mesmo com esforços de instituições parceiras para uma negociação com menos intermediários, a venda para atravessadores continua operando na região.

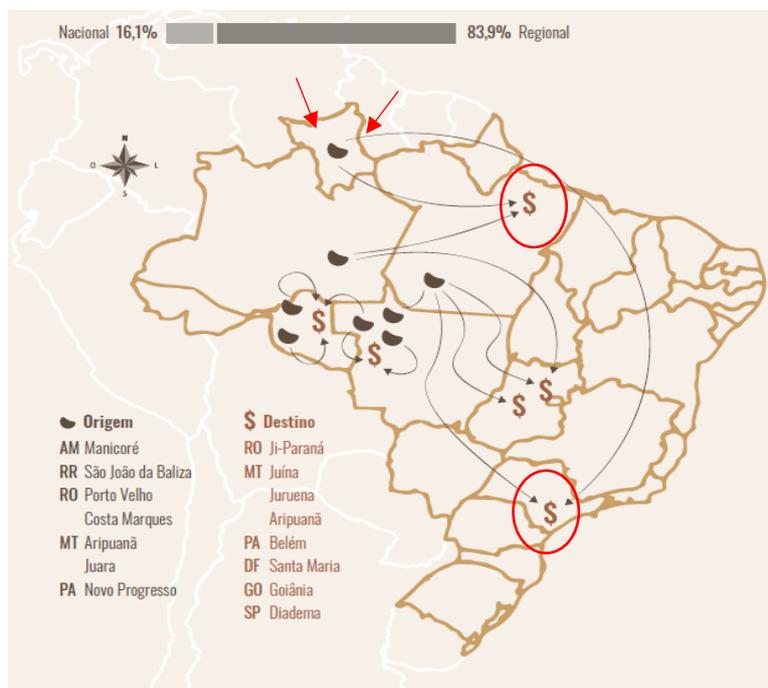
Os territórios, Wai Wai e Trombetas Mapuera, ficam situados próximos a beira das estradas, com fácil acesso aos pequenos municípios, pelas vicinais, assim, os indígenas têm melhores condições de negociar seus preços com esses atores, diminuindo em partes a assimetria na negociação.

Hoje os Wai Wai negociam com a empresa Wickbokd, através da rede Origens Brasil por meio de uma articulação promovida pelo ISA, mas eles não absorvem toda a produção, o que mantém a ligação com os patrões para comercialização do excedente. O mapa (figura 9) produzido pelo Observatório da Castanha²² (2023) ilustra, com a rota que a castanha Wai Wai faz e a atuação dos elos na cadeia. Parte é destinada para o grupo Mutran, usina de beneficiamento no Pará, e parte é enviada para o Sudoeste, onde fica a Wickbold. Entretanto, o mapa não captura a parcela que é comercializada para os intermediários que

²² O OCA é uma rede de atores formadas por instituições, coletivos, e iniciativas atuantes na cadeia produtiva da castanha-do-brasil.

percorrem as vicinais²³ comprando diretamente dos núcleos familiares, com dinheiro em mãos e com menos exigências de qualidade e boas práticas.

Figura 9 - Rota de comercialização da castanha-do-brasil.



Fonte: OCA, 2023

A pesquisa mostrou três principais atravessadores – Rossoni, Gedail e Mutran - que atuam na região há bastante tempo e são considerados “parceiros”, segundo alguns Wai Wai. A produção de castanha comprada por Rossoni tem Rondônia como destino final, enquanto que Gedail a adquire e a transporta até o Acre. Esses dois destinos não foram mapeados nas informações levantadas pelo OCA, o que ilustra com clareza a dificuldade de se obter dados produtivos confiáveis deste produto nos rincões amazônicos. A relação com Mutran tem características diferentes da relação mantida com os outros dois atravessadores. A usina é responsável por beneficiar a castanha comprada pela Wickbokd, pela Rede Origens Brasil, mas também dispõe de atravessadores na região que compram o excedente que não é comercializado pelo comércio ético.

Segundo os Wai Wai, nem sempre o preço dos atravessadores está tão abaixo do preço pago pela empresa, o que se torna um atrativo em algumas safras, além da possibilidade de receber o dinheiro na hora ou em mercadorias de alto valor, como motor. Para esta

²³ Vicinal é um nome que define as vias que não possuem revestimento de asfalto e que fazem ligação com a zona rural.

pesquisa, não foi possível entrevistar este elo da cadeia, considerando as tramas conturbadas que envolvem as relações dos atravessadores com as instituições de apoio aos indígenas, a qual faço parte.

Para os Wai Wai, especialmente da TI Wai Wai, que fica a cerca de 30km do município de São João da Baliza, onde o acesso é facilitado por vias terrestres, a venda para atravessadores é fácil e possibilita a negociação com mais de um ator, o que coloca os Wai Wai em situação, em algum nível, de melhor poder de barganha nas negociações. Territórios isolados geograficamente e comunidades de mais difícil acesso tendem a ter mais dificuldade de negociar valores com atravessadores, ficando à mercê dos preços impostos por esses intermediários.

3.3. O desenvolvimento através do ouriço

Agente olhando como o branco trabalha, com motoserra, como branco dirige motor de popa, aí a gente viu que era mais fácil trabalhar assim e aí os brancos pediam pra gente quebrar castanha pra eles e eles davam essas coisas pra gente. Jaime, liderança da comunidade Kwarikwara, TI Trombetas Mapuera.

A comercialização de castanha é, definitivamente, a janela de oportunidade, vislumbrada pelos Wai Wai, para acessar bens de consumo que facilitem suas rotinas, práticas laborais e até o lazer. Segundo lideranças Wai Wai, foi através da castanha que eles começaram a se desenvolver. E engana-se quem acha que esse povo está no subjugo dos não-indígenas, internalizando o desenvolvimento imposto por eles, sem ressignificá-lo.

Segundo Catherine Howard, em seu artigo “A Domesticação das mercadorias: as estratégias Wai Wai”, há pelo menos dois séculos os Wai Wai participam de um grande sistema de trocas. Os Wai Wai conceberam estratégias para adquirir mercadorias e pô-las em circulação com o intuito de apreender, domesticar e explorar sua potência sociosimbólica, canalizando-a a serviço da sua reprodução social e cultural. Esta pesquisa elucidada, portanto, através do olhar dos Wai Wai, o impacto da comercialização da castanha nas dinâmicas das comunidades, e como isso tem refletido a organização social e o entendimento deles sobre o desenvolvimento.

Levantar e analisar o volume produzido de castanha-do-brasil na região e pelos os Wai Wai não é tarefa fácil. Característico dos PFNMs, a informalidade da cadeia, falta de emissão de nota fiscal, ausência de contratos e a tímida participação e fomento dos

agentes do Estado para esta cadeia contribuem para informações pouco qualificadas e fidedignas.

Em pesquisa feita junto à SEFAZ para levantamento das notas fiscais emitidas pelas associações indígenas Wai Wai, relacionadas à venda da castanha, consta apenas no registro da secretaria a emissão no ano de 2019. Isso que contradiz o que foi apresentado pelas associações e pela Instituição de apoio, que mostram notas fiscais emitidas para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2022, anos em que houve comercialização, não formalizada em documento escrito e registrado – com a empresa Wickbold.

Já a Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI) informou que não há registro de produção em sua base de dados, mas reconhece que o produto tem significativa importância econômica para subsistência e se apresenta como uma das principais fontes de renda da região.

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (IATER) também foi procurado para esta pesquisa, levando em conta a maior presença e atuação nos municípios do interior e com as populações tradicionais locais, seja indígena, ribeirinhos ou colonos. Eles informaram dados registrados apenas para ano de 2022, que são apresentados na tabela 3, com a justificativa da variação da safra de um ano para outro, “tendo anos que atinge altas produções seguido de ano que a produtividade é baixa” além de ressaltarem que uma das dificuldades da comercialização da castanha é a questão da logística da retirada desse produto.

Tabela 3 - Produção de castanha por município para o ano de 2022

Região	Quantidade (t)	Produtor
São João da Baliza	240	Indígena
	60	Produtor rural
Caroebe	200	Indígena
Baixo Rio Branco	60	Extrativista

Fonte: IATER, 2022

Fica claro que os números apresentados pelos órgãos do Estado não são suficientes para expressar a importância socioeconômica deste produto para os Wai Wai, indo de encontro com a relevância dos PFNMs. Dados da FAO apontam que 5,76 bilhões de pessoas usam produtos florestais não madeireiros, e são usados em todo o mundo para alimentação,

medicina, energia, geração de renda e outras práticas relacionadas às identidades culturais e territoriais (AFONSO; ÂNGELO, 2009)

A atuação do Estado é crucial para o incentivo a essa nova economia da sociobiodiversidade, que ainda é tímida em Roraima. Apesar de contraditório, se tratando de uma região predominantemente indígena e com mais de 40% da sua área homologada como Terra Indígena. Entretanto, apesar do pouco incentivo governamental, o volume de produção dos Wai Wai chamou a atenção, e numa articulação entre FUNAI, ISA e a então deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), por meio de emendas parlamentares, foi destinado para as comunidades do Xaary e Anauá um trator (girico) para apoiar no escoamento da produção do território (figura 10). Essa é uma conquista da qual os Wai Wai se orgulham. Para eles, o trator é fundamental no escoamento da castanha pelas vicinais alagadas e cheias de lama por consequência do inverno Amazônico, o que otimiza o trabalho.

Figura 10 - Wai Wai recebem trator da Funai conseguido com recursos enviados pela deputada indígena federal Joenia Wapichana em 2021.



Fonte: ISA, 2021

Na terra Trombetas Mapuera, onde a maioria das comunidades são acessadas pelos rios, existe o desejo da abertura de ramal, principalmente até o galpão de castanha. Na pesquisa fica evidente a vontade de todas as lideranças entrevistadas de que o governo assuma a responsabilidade de apoiar abertura de ramais e instalação de energia elétrica para facilitar o escoamento da produção.

Se a gente tivesse um ramal até o galpão seria bom, a gente gasta muito combustível. Primeiro tem que abrir o ramal, depois jogar a piçarra e puxar energia também no galpão, aí ficaria mais fácil, isso governo podia apoiar. Pra ter desenvolvimento eu quero melhorar mais, quero transporte por terra que ajude a gente a fazer fiscalização, Wai Wai ta sofrendo com isso. Jaime Wai Wai, liderança da comunidade Kwarikwara, TI Trombetas Mapuera

Não obstante a esta conquista, o Estado de Roraima é caracterizado historicamente pelo incentivo a outras práticas como agronegócio e extração de minério, o que diminui esforços para se pensar na potencia advinda da floresta, que pede maior incentivo nos processos de produção, inserção de tecnologias apropriadas, compreensão das especificidades locais, principalmente no que diz respeito a transporte e escoamento de produção, valorizando as práticas culturais locais (SANTOS, 2018; ABRAMOVAY, 2019; SANTOS, 2000).

Mas, mesmo com o baixo aporte governamental, para os Wai Wai, a comercialização da castanha-do-brasil mudou a dinâmica nas comunidades. De certa forma, preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado, a sociedade civil tem ocupado esse espaço. O ISA, a partir de 2017, inicia um trabalho de assessoria aos Wai Wai, com foco na produção de castanha e coloca a comercialização e boas práticas dessa produção em outro patamar estabelecendo relações comerciais com a Wickbold. Mas essa relação começou a ser tecida anteriormente a isso, quando o ISA procurou os Wai Wai para promover um intercâmbio sobre castanha com os Yanomami. Posterior a isso, em meados de 2015, o instituto faz um convite para uma visita a região da terra do meio, no Pará, onde assessora ribeirinhos e indígenas no desenvolvimento de cadeias de produtos da floresta.

As entrevistas com as lideranças indígenas e a percepção em campo apresentam elementos suficientes para afirmar que foi através do aumento de volume da venda da castanha que o poder de consumo aumentou dentro das comunidades. Para os Wai Wai, isso se traduz em desenvolvimento. Falas marcantes como “Wai Wai quer se desenvolver” e “nós queremos andar pra frente”, exemplificam bem como este povo relaciona o aumento da geração de renda, do poder de consumo com o desenvolvimento.

Para eles, a comercialização da castanha trouxe um volume de dinheiro dentro das comunidades que possibilitou a aquisição de bens que facilitara o dia a dia. As entrevistas mostraram que a maior parte da renda obtida pela comercialização vai para a compra de produtos de alto valor, como motor de popa, botes, computadores, utensílios domésticos para a casa (geladeira, fogão...). Já para as três associações, a meta é a mesma, a ideia de

que um dia seja possível comprar um carro com o dinheiro da safra. O que ainda é um sonho distante, uma vez que as associações ainda não conseguem estruturar um capital de giro significativo.

Além da castanha, a renda é complementada pela venda de farinha, pimenta moída, artesanatos e benefícios do governo, como o bolsa família, que é usado para cobrir gastos menores de rotina, com alimentação, vestimentas e transporte até a cidade. A comercialização dos outros produtos citados é feita por núcleo familiar, não passando pela associação nem por uma organização coletiva.

Outro ponto que foi relacionado nas entrevistas com frequência junto à ideia de desenvolvimento é a construção da mini usina para beneficiamento da castanha. Para os Wai Wai, esse é o lugar almejado que vai permitir que eles alcancem melhores mercados e agreguem mais valor ao produto, melhorando incrementando sua renda. Mas engana-se quem pensa que é uma estratégia puramente econômica. Valdeci, liderança antiga da comunidade Xaary, afirma que com a chegada da indústria de dendê em São João da Baliza cada vez mais os jovens estão sendo cooptados como mão de obra barata. Ele conta:

Eu quero fazer indústria aqui dentro da comunidade, assim os jovens não vão precisar sair pra trabalhar na usina de dendê. Lá fora eles ficam bebendo, andando na cidade fazendo besteira. Valdeci Noro Wai Wai, presidente da APIWX.

A pesquisa mostra que o aumento da renda não tem influenciado numa passagem dos indígenas para os ambientes urbanos, nem de desagregação cultural ou aculturação. Na realidade, como já mencionado por Howard (2002), os Wai Wai acreditam que estão domesticando os bens materiais que os brancos possuem e acessam – e até os próprios não-indígenas no que diz respeito ao jogo de relações que eles fazem com os *karaiwa* que aparecem – e subvertendo a lógica em benefício próprio.

Para os Wai Wai, não é o aumento da renda que faz com que eles percam a tradicionalidade, mas sim a cooptação de mão de obra barata por parte de indústrias, madeireiros e garimpeiros que se aproximam do território. Para eles, a única forma de garantir que os jovens fiquem e cultivem as tradições é o “desenvolvimento” para dentro das comunidades.

Com o aumento do poder de consumo, costumes antigos como construção de casas tradicionais, feitas de madeira e *ubim* (palha usada na cobertura das casas e malocas) foram dando lugar a casas de alvenaria com telhas de zinco, que segundo os Wai Wai, dão menos trabalho de serem construídas. O malocão recém construído na comunidade Xaary foi pensado, inicialmente, com chão revestido em cerâmica – tal ideia não foi concretizada por falta de recurso.

A influência na tradicionalidade é um ponto de atenção, levantado inclusive por outros atores em outras realidades amazônicas (PEGLER, 2015; ROSÁRIO, 2022), entretanto, a noção de pertencimento e ligação com o território seguem quase que imunes às transformações que chegam nos territórios (ROSÁRIO, 2022), dando o direito de escolha. Inclusive, é possível perceber uma retomada, ainda tímida, das construções tradicionais nas comunidades por conta do calor que as construções de alvenaria retêm, que é muito maior que as casas feitas de palha.

Mesmo com o aumento do consumo e do desejo pelos produtos, ferramentas e utensílios dos não-indígenas, a pesquisa mostrou que pouca coisa dessa geração de renda foi convertida em desenvolvimento social de fato para as comunidades. Na terra indígena Trombetas Mapuera, por exemplo, nenhuma comunidade tem um equipamento público destinado para escolas e as aulas são ministradas sempre no Malocão²⁴. No Jatapuzinho, maior comunidade do território, com população em torno de 234 pessoas e 95 alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental e também do ensino médio há uma estrutura abandonada do que já foi um dia uma escola estadual (figura 11).

Apesar da precarização, o professor Ozeas Wai Wai conta que através da associação de pais e mestres já conseguiram acessar o PNAE, chamada pública diferenciada, em 2016. Mas dada a burocracia e ausência de apoio técnico para cumprimento das exigências pedidas pela política, não continuaram.

²⁴ Estrutura comunitária tradicionalmente feita de palha e madeira, e utilizada por indígenas na Amazônia como espaço de discussões coletivas, celebrações e rituais.

Figura 11 - Escola Estadual Indígena na comunidade Jatapuzinho.



Fonte: Rede Amazônica, 2022

Outra estrutura abandonada é o posto de saúde na comunidade Xaary, na TI Wai Wai. O tuxaua da comunidade, Eliseu, diz que “nunca vieram médicos trabalhar aqui, aí fica isso aí parado. As vezes pessoal da SESAI vem, faz qualquer coisa e vai embora”. Atualmente, uma das salas do prédio está sendo usado para o envase do *mawkîn*, farinha de tapioca com castanha-do-brasil, típica da culinária Wai Wai, que está sendo comercializada de forma pontual pelas mulheres.

Para este grupo é fundamental compreender a relação do aumento da renda com a melhoria social, que ao contrário do que pontua Milberg e Winkler (2011) para a compreensão neoclássica, não é automática, uma vez que o aumento da renda e dos lucros com a comercialização dos produtos não necessariamente leva à melhoria social ou desenvolvimento social para a região e os trabalhadores envolvidos (BROWN, 2007; LOCKE et al., 2007; DOLAN, 2004; PEGLER et al., 2011).

3.4. Desenvolvimento local através da comercialização da castanha

Com a intenção de analisar as contribuições socioeconômicas que a comercialização da castanha promove nos municípios das duas terras indígenas, este momento da pesquisa se ateve nas relações, muitas vezes informais, estabelecidas pelos Wai Wai com os comerciantes e atores locais – tanto para o escoamento da produção como para o consumo –, para empreender uma discussão que aborde os aspectos de uma economia local informal promovida por uma cadeia global, como o caso da castanha-do-brasil.

Nos rincões da Amazônia, no interior do sul de Roraima, cortada por rios e vicinais que alagam no inverno, com pouca ou nenhuma atenção e amparo governamental, estão os municípios de São João da Baliza, Caroebe ²⁵, São Luiz do Anauá, onde estão localizados os territórios de análise deste estudo. Marcado pela típica característica dos interiores do Brasil, são municípios com baixo nível de formalidade fiscal na prestação de serviços e comércios, o que dificulta a mensuração dos impactos do dinheiro que circula nessas regiões durante a safra, tanto a nível municipal quanto a nível estadual.

Nesta etapa foram entrevistados 9 atores locais, entre comerciantes e prestador de serviço. No município de São Luiz do Anauá não foi entrevistado nenhum ator local por entender, a partir das conversas feitas com os Wai Wai, que devido a distância dos territórios, não era um lugar de frequente visitação dos indígenas, por consequência, não mantem relações comerciais com a cidade. O município de São João da Baliza fica cerca de 30km da comunidade Xaary, na TI Wai Wai e aproximadamente 48km de distância da outra comunidade, Anauá. É o município mais próximo do território. O município de Caroebe fica a cerca de 50km do barranco, última parada antes de chegar no rio Jatapu, que leva para a TI Trombetas Mapuera. Entre o município sede de Caroebe e o barranco se encontra a vila de Entre Rios, que fica cerca de 30km distância e é um ponto de apoio importante para os Wai Wai quando precisam de alguma estrutura da cidade.

No quadro abaixo faço uma breve descrição de que é estabelecida a relação deles com os Wai Wai:

Quadro 2 - Relações estabelecidas entre os Wai Wai e os atores locais dos municípios.

Município	Tipo de comércio/serviço	Relação com os Wai Wai
São Luiz do Anauá	-	-
	Padaria/restaurante	Ponto de apoio para os Wai Wai quando vão a cidade. Lugar onde costumam parar para almoçar.
	Posto de gasolina	Relação de confiança com os Wai Wai, vendem combustível a prazo na época da safra e na entressafra também. Tem relação de confiança com a instituição de apoio na venda a prazo.

²⁵ Para este estudo, não faço distinção de Caroebe e a Vila de Entre Rios, que é um distrito cerca de 30km do município sede e ultimo ponto antes da chegada no rio Jatapu, que dá acesso a TI Trombetas Mapuera.

São João da Baliza	Mercado 1	Parceiros dos Wai Wai, mercado onde abrem crédito, deixam coisas pessoais guardadas quando vão até a cidade. Onde compram o rancho para a época da safra.
	Mercado 2	Parceiros dos Wai Wai, mercado onde abrem crédito, deixam coisas pessoais guardadas quando vão até a cidade.
	Loja de material de construção	Mantém boa relação com os indígenas e com a instituição de apoio. Local onde os Wai Wai costumam gastar muito dinheiro depois da safra, momento em que eles começam a fazer as melhorias em suas casas com o recurso adquirido com a venda da castanha.
Caroebe	Mercado	Estabelecimento de confiança dos indígenas, possui boa relação com o dono, muito utilizado para compras a prazo na época da safra, quando os Wai Wai estão se preparando para ir para o mato tirar castanha. Valores que passam, na época da safra, de R\$150.000,00.
	Posto de gasolina	Vendem combustível a prazo na época da safra, com volumes que chegam ao valor de R\$40.000,00 reais em uma única compra. Tem relação de confiança com os Wai Wai e com a instituição de apoio que também faz essa intermediação das compras na época da safra.
	Restaurante	Estabelecimento onde pegam marmitta para seguir viagem pelo rio. Possuem boa relação com os indígenas.
	Frete	Feito por uma pessoa de confiança que cobra 150,00 para fazer o percurso do barranco (lugar onde param os barcos/voadeiras) até a vila de Entre Rios.

Fonte: Elaborado pela autora.

É característica geral de cidades com alta predominância de atividade extrativista, seja feita por ribeirinhos ou indígenas, uma economia mais frágil e fraca, devido à alta

dependência de subsídios federais, maiores disponibilidade de emprego no setor público, baixa competência em oferecer serviços básicos como infraestrutura, educação e segurança pública e saúde, e predominância das atividades rurais que funcionam como parte de um sistema econômico informal (Guedes, Costa e Brondizio, 2009; Costa e Brondizio, 2009).

Em Roraima não é diferente. Segundo dados da SEPLAN (2020) a administração pública continua sendo a principal atividade econômica dos municípios do estado. As dinâmicas agroextrativistas dos Wai Wai, à primeira vista, parecem não afetar a dinâmica econômica local pelo nível de informalidade que as relações comerciais são estabelecidas, mascarando a importância das cidades pequenas nas redes urbanas da Amazônia e a sua relação de crescimento movida pela promoção da renda gerada através do extrativismo e de uma economia sustentável da floresta.

Entretanto, as pesquisas mostraram algum nível de relação entre o crescimento de alguns comércios a medida que os Wai Wai começam a se organizar para uma comercialização coletiva através das associações, com o apoio do ISA. Foi considerado a janela de 2018 até agora, que está relacionada com a chegada do ISA.

Os comércios que afirmaram serem diretamente afetados pela movimentação da safra foram os postos de gasolina, tanto de São João da Baliza quanto de Entre Rios. Isso acontece porque gasolina é o insumo que os Wai Wai costumam gastar mais para o escoamento da produção. As longas distâncias dos castanhais e os acessos quase que exclusivos pelos rios, demandam uma logística cara de muito combustível e incide diretamente nas demandas apresentadas pelos Wai Wai para o Estado pela abertura de ramais.

Outro comércio que afirmou ser diretamente afetado foi o mercado de Entre Rios. O dono afirma que “eles têm vindo cada vez mais à cidade e costumam fazer compras grandes, principalmente de açúcar, arroz, leite e macarrão e óleo”. Um ponto de atenção interessante sobre isso é a questão do sobrepeso e as doenças relacionadas aos maus hábitos alimentares, como diabetes e pressão alta que estão cada vez mais presentes na vida dos Wai Wai. Segundo a Agente Indígena de Saúde (AIS) Wai Wai da comunidade makará, TI Trombetas Mapuera, em 2021 e 2022 “muitos parentes foram removidos para o hospital por causa de diabetes. Às vezes eles passam mal aqui e ninguém sabe do que tá passando mal aí chega no hospital descobre que está com problema de coração.”

Para o prestador de serviço que faz frete do barranco até a vila de Entre Rios a castanha ajudou bastante no aumento da sua renda. Ele afirma que hoje conseguiu abrir um mercadinho com a renda que fez apoiando os Wai Wai no frete, que é R\$150,00 o trecho. Além disso, devido a relação próxima e de confiança com os Wai Wai, também fez o papel de intermediário para grandes patrões nas negociações da castanha. A figura 12 mostra a placa que foi colocada, anunciando a compra da castanha, em frente ao mercado recém-inaugurado.

Figura 12 - Placa anunciando a compra de castanha em mercado de Entre Rios



Fonte: foto da autora, 2023.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar o povo Wai Wai, suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais e a forma como foi construída e que se apresenta a ideia de desenvolvimento para este povo por meio da comercialização da castanha. Para tanto, o processo de escuta e interação com os indígenas foi fundamental para compreender a sutileza das discussões que pairam este estudo: a geração de renda promovida pelo estímulo a uma economia da sociobiodiversidade e de que forma isso gera desenvolvimento para comunidades e as áreas urbanas adjacentes.

O mito do progresso ilimitado, a busca por um modelo que deve ser cobiçado e que vende a solução para questões estruturais, com foco econômico, por meio da posse de bens materiais (ACOSTA, 2010; GUDYNAS, 2011) é central para esta discussão. O fomento de cadeias produtivas de produtos da floresta na Amazônia é uma oportunidade indiscutível de estimular a geração de renda por meio de uma atividade ecologicamente sustentável, buscando cada vez mais atenuar as assimetrias das relações de mercado. Apesar disso, é importante dimensionar de que forma o mercado e o dinheiro, que cada vez mais tende a girar nas comunidades, se relacionam com a tradicionalidade e as dinâmicas de determinado povo.

Para os Wai Wai, domesticar os não-indígenas e seus bens é um processo histórico, que marca uma característica desse povo. E, desse modo, eles seguem convictos, pelo menos em sua maioria, que a influência do branco sobre suas tradições e costumes é perfeitamente dominada para benefício próprio (HOWARD, 2002).

É importante discutir de forma ampla o desenvolvimento que foi incubado no pensamento desse povo e é nutrido dia após dia. Remontar a ideia do desenvolvimento e do progresso sem condenar essas populações à cristalização de uma tradição e cultura imutável é um desafio posto, entretanto, apesar deste grupo ter o conceito de desenvolvimento aprimorado a partir do conceito dos não-indígenas, esta ideia foi ressignificada, quase que num movimento de “waiwaização” do conceito, de forma que eles buscam essa interação de forma menos assimétrica.

A castanha é uma fonte de renda promissora para os indígenas, e nela são depositadas as esperanças para alcançar a qualidade de vida, mesmo que traduzida em aumento do poder

de consumo e bens materiais. A economia da sociobiodiversidade surge como conceito para pensar a economia com respeito aos modos de pensar, de produzir e de viver desses povos, construindo caminhos para o desenvolvimento da economia da natureza de forma respeitosa e justa, emancipando esses grupos já marginalizados pela sociedade (SANTOS, 2018; ABRAMOVAY, 2019; SANTOS, 2000). Mas, para isso, o desenvolvimento local é chave fundamental.

Para a economia das zonas urbanas adjacentes aos territórios indígenas, a castanha se mostra uma oportunidade interessante, entretanto, pensar políticas de desenvolvimento local para atividades produtivas sustentáveis envolvendo Terras Indígenas não é tão simples quanto parece na periferia do país. A autonomia da política local tem tensões, a sobreposição de áreas administradas pelo Governo Federal e jurisdições locais é maior em Roraima, considerando quase 50% do território representado por áreas indígenas (SEPAN 2009). Além disso, os municípios têm estruturas centralizadas que oferecem os serviços básicos de forma desigual, concentrados apenas nas sedes, o que os torna de difícil acesso para a grande parte da população que reside em vilas, vastas áreas rurais localizadas longe das poucas cidades, que detêm a maioria dos serviços e recursos públicos²⁶ (KANAI; DA SILVA OLIVEIRA, 2011).

A economia da sociobiodiversidade depende das cidades para comercialização de seus produtos e onde a maioria da renda gerada é gasta. Além disso, mesmo com os fortes vínculos com a floresta e as zonas rurais, é comum uma segunda residência urbana para um maior acesso a instalações de saúde e educação. Dessa forma, é crucial melhorar a infraestrutura dos municípios rurais para impulsionar e promover a comercialização dos produtos oriundos da sociobiodiversidade (ABRAMOVAY et al., 2022).

As questões de pesquisas que orientaram esta pesquisa foram consideradas parcialmente respondidas, uma vez que foi apresentada a percepção tanto dos Wai Wai quanto dos atores locais, sobre os efeitos da comercialização da castanha e a geração de renda promovida por esta negociação. Entretanto, a promoção do desenvolvimento local movido pela melhoria da comercialização deste produto da sociobiodiversidade só pode

²⁶ A exemplo disto, o município de Caroebe tem uma área de 12.065,896 km², maior que a área do Distrito Federal, com 5.760,783km², mas que concentra as principais funções ligadas a saúde, educação e administração na sua sede, dificultando o acesso daqueles que habitam locais mais distantes.

ser mensurada de forma subjetiva, uma vez que que tratam de estabelecimentos e negociações com baixíssimo nível de formalidade e com instrumentos precarizados.

Para a última “Quais os avanços e dificuldades de se pensar políticas de desenvolvimento para produtos da floresta em Roraima?”, embora tenha sido perseguido durante todo o processo que motivou esta pesquisa, esta pergunta não foi respondida, concluindo apenas que não há dispositivo político para ser sugerido, mas sim uma constatação de ausência do Estado.

Por fim, este estudo não tem apontamentos conclusivos, mas sim busca estimular discussões e levantar questionamentos e reflexões sobre e que forma as cadeias produtivas dos produtos sociobiodiversidade impactam a vida dos extrativistas a partir da polissemia conferida pelos indígenas e atores locais em relação ao que é desenvolvimento, que tem avançado nas discussões das pautas econômicas e socioambientais do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. The new bioeconomy in the Amazon: Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers Science Panel for the Amazon (2021). Amazon Assessment Report 2021. United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. 2021. 153-207.

ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019. 108 p. ISBN 978-85-93115-54-7.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n. abr./ju 2000, p. 379-397, 2000. Tradução. Acesso em: 11 abr. 2023.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: Una lectura desde la Constitución de Montecristi. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung-ILDIS, 2010.

AFONSO, Sandra Regina; ÂNGELO, Humberto. Mercado dos produtos florestais não-madeireiros do cerrado brasileiro. **Ciência Florestal**, v. 19, p. 315-326, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997. p. 33-55.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento de comunidades indígenas no Brasil**. 2009. 838 f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

BARAGWANATH, Kathryn; BAYI, Ella. Collective property rights reduce deforestation in the Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 34, p. 20495-20502, 2020.

BARBERENA, Diego da Silva; MEDEIROS, Roberto Dantas de; BARBOSA, Gilvan Ferreira. Desenvolvimento e produtividade de arroz irrigado em resposta a diferentes doses de fósforo e potássio, em várzea de primeiro ano, no estado de Roraima. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 35, p. 462-470, 2011.

BARBOSA, Ariosmar Mendes. **Economia indígena em áreas de florestas na Amazônia: o caso dos índios waiwai no sul de Roraima**. Dissertação (Mestrado em Interinstitucional) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 83. 2011.

BARBOSA, Rômulo SILVA; SILVEIRA, Edson SILVA. INVISIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDÍGENA NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)**, Brasil, v. 13, n. 01, p. 33–51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/877>. Acesso em: 31 maio. 2023.

- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento local e local: uma revisão bibliográfica. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 37, 2017.
- BERGAMO, D., ZERBINI, O., PINHO, P., & Moutinho, P. 2022, “The Amazon bioeconomy: Beyond the use of forest products”, *Ecological Economics*, Vol.199, Nº 107448, 2022.
- BOURDIEU, P. The forms of Capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova Iorque: Greenwood, 1985. p. 241-58.
- BRASIL; IBGE. Projeto Levantamento e Classificação da Cobertura e do Uso da Terra- Uso da Terra no Estado de Roraima (Relatório Técnico). 2005.
- BRONDIZIO, Eduardo., S., ANDERSSON, Kristen., DE CASTRO, Fábio., FUTEMMA, Célia., SALK, Carl., TENGO, Maria., LONDRES, Marina., TOURNE, Daiana C.M., GONZÁLEZ, Taís.S., MOLINA-GARZÓN, Adriana., RUSSO LOPES, Gabriela., SIANI, Sacha. 2021. Making placebased sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. *Current Opinion in Environmental Sustainability*. 49(4): 66-78.
- BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: Mepf; Inkra; Iica, 1999.
- CAMPOS, Ciro. Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região. 2011.
- CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.
- CARVALHO, Antonio Cláudio Almeida de et al. Economia dos produtos florestais não-madeireiros no estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno. 2010.
- CASTRO Fábio, KOONINGS K, WIESEBRON M (Eds): *Brasil Sob o Partido dos Trabalhadores: Continuidade e Mudança de Lula para Dilma*. Nova York: Palgrave; 2014.
- CASTRO, Fábio; FUTEMMA, Célia. (Orgs.). (2015). *Governança Ambiental no Brasil: Entre o socioambientalismo e a economia verde*. Jundiaí: Paco Editorial/FAPESP. 293p.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A luta pela terra e o desenvolvimento local no Brasil. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 227-269, 2010.
- COELHO, Patrícia Vieira; DE AZEVEDO, Rafael Sá Rego. Pistas para a compreensão das territorialidades Waiwai: evangelização/Clues for the understanding of Waiwai territorialities: evangelization. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 5, p. 2447-2457, 2018.
- Cortez, David. (2011). La construcción social del “Buen Vivir“ (Sumak Kawsay) en Ecuador. Genealogía del diseño y gestión política de la vida.

- COSTA, D. A. et al. Quantificação de aflatoxinas em castanha-do-brasil oriundas de três localidades do Estado do Acre. 2017.
- COSTA, Sandra; BRONDIZIO, Eduardo. Inter-Urban Dependency among Amazonian Cities: Urban Growth, Infrastructure Deficiencies, and Socio-Demographic Networks. *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 211-234, 2009.
- COUTINHO, Clara Pereira. Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Leya, 2014.
- DE MONLEVADE, Ana Paula Bistaffa; DA COSTA, Janaina Santana; CABRAL, Cristiano Apolucena. PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MATO GROSSO: A “UNIDADE DO DIVERSO”. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 37, p. 240-260, 2020.
- DE QUEIROZ, Ruben Caixeta. Trombetas-Mapuera: território indígena. Funai, PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, 2008.
- DE TOLEDO, Peter Mann et al. Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter?. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 26, p. 77-83, 2017.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SEADE, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./ jun. 1992.
- DINIZ, Janaína DA; CERDAN, Claire. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Negócios e mercados da agricultura familiar*, p. 259-280, 2017.
- ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), v. 35. 2015. p. 89-100.
- FAO e FILAC. 2021. Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques - 9 Una oportunidad para la acción climática en Latina y el Caribe. FAO.
- FAO. Non-wood forest products for rural income and sustainable development. **Non-Wood Forest Products No. 7**, 1995.
- FIEDLER, Nilton César; SOARES, Thelma Shirlen; DA SILVA, Gilson Fernandes. Produtos florestais não madeireiros: importância e manejo sustentável da floresta. *RECEN-Revista Ciências Exatas e Naturais*, v. 10, n. 2, p. 263-278, 2008.
- FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. 1992. 234f. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional), Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 1992. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/3613>

FREITAS, Nádia Magalhães da Silva et al. Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS no Estado de Roraima. 2008.re

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 239-262, 2000.

GALLOIS, D. 'Nossas falas duras'. Discurso político e auto-representação Waiãpi. ALBERT, B. e RAMOS, A. (orgs.). Pacificando o branco. São Paulo: Ed. UNESP, Imprensa Oficial de SP, 2002. p. 205-233.

GEERTZ, Clifford. Thick description: Toward an interpretive theory of culture. In: The cultural geography reader. Routledge, 2008. p. 41-51.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. cap. 1, p. 15-54.

GOMES, SANDRA LÚCIA RÉBEL; MENDONÇA, MARÍLIA ALVARENGA ROCHA; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. In: Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 97-104.

Gopinath, Pratheesh P. and Nishan, M. A. and Durga, A. R. and Gopakumar, S. and Lazarus, T. Paul and Jerin, V. A. (2022) Role of Non-Timber Forest Products in Income Generation of the Tribal Population: A Review. Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology, 40 (11). pp. 285-294. ISSN 2320-7027.

GUDYNAS, Eduardo. Bem-viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. **Bem viver o conflito entre dois modos de ser e saber. Goiânia: Visual**, p. 9-48, 2013.

_____. Desarrollo, derechos de la naturaleza y buen vivir después de Montecristi. In: WEBER, G. Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo. Perspectivas desde la sociedad civil en Ecuador. Centro de Investigaciones CIUDAD y Observatorio de la cooperación al Desarrollo. Quito. 2011. p. 83-102.

GUEDES, G.; COSTA, S M F DA; BRONDIZIO, E. Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach. In: Population and Environ (2009) 30:159–192. Guianas. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 59-111.

HORLINGS, Ina; MARSDEN, Terry. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. Sociologias, v. 13, p. 142-178, 2011.

HOWARD, Catherine V. 1. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai In: Pacificando o branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazonico [en ligne]. Marseille: IRD Éditions, 2002 (généré le 26 mai 2023). Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/irdeditions/24722>>. ISBN: 9782709925969. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.24722>.

IVO, Anete BL. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 187-210, 2012.

KANAI, Juan Miguel; DA SILVA OLIVEIRA, Rafael. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM RORAIMA: NOTAS PRELIMINARES A PARTIR DA BR-174 (Regional Development and Its Consequences in Roraima: preliminary notes based on the BR-174 roadway). ACTA GEOGRÁFICA, v. 5, n. 11, p. 103-116, 2011.

LINCON, Y.; GUBA, E. Pengantar Metodologi Penelitian Sosial. Pengantar Metodologi Penelitian Sosial. Jakarta: BPK Gunung Mulia, 1994.

MAMANI, F. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima, 2010.

MAROCCOLO, Julianna Fernandes; WADT, Lúcia Helena de Oliveira; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; SILVA, Kátia Emídio. O protagonismo de organizações indígenas na estruturação da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no estado de Roraima, Amazônia brasileira.

MARTINEZ, Fábio Rodrigues. REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE NORMANDIA-RORAIMA. EXAMÁPAKU, v. 7, n. 2, p. 94-108, 2014.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações (Campo Grande), 2002.

MEDEIROS, Monique. Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico Ethnodevelopment and local development: contributions for theoretical debate. *Ambiência*, v. 7, n. 1, p. 165-177, 2011.

MILBERG, William; WINKLER, Deborah. Economic and social upgrading in global production networks: Problems of theory and measurement. **International Labour Review**, v. 150, n. 3-4, p. 341-365, 2011.

MOLINERO, Natalia Álvarez. Pueblos indígenas y derecho de autodeterminación: hacia un derecho internacional multicultural? Universidad de Deusto, 2008.

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; DE ROLIM LINS, Judson Wojtila. Lavrado: a paisagem invisível. *Paisagens Híbridas*, v. 1, n. 2, p. 136-155, 2018.

OLIVEIRA, L.V. O cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980. 2010. 129p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, Rio de Janeiro, 2010.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Amianto Crisótilo [Chrysotile Asbestos]. Genebra, 2017.

ORIGENS BRASIL. 2021. Selo Origens Brasil. Disponível em: <https://www.origensbrasil.org.br/>. Acessado em: 10 de abril de 2022.

PALETTO, Alessandro et al. A literature review on forest bioeconomy with a bibliometric network analysis. *Journal of Forest Science*, v. 66, n. 7, p. 265-279, 2020.

PASQUIS, Richard; MACHADO, Luciana; GUERRA, Raissa. Diagnóstico dos formatos de ocupação do espaço amazônico. Brasília: MMA/SCA/ NAPIAm; Montpellier: Cirad, 2001.

PEGLER, Lee. Peasant inclusion in global value chains: economic upgrading but social downgrading in labour processes?. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 5, p. 929-956, 2015.

_____. Sustainable Value Chains and Labour-Linking Chain and " Inner Drivers". ISS Working Paper Series/General Series, v. 525, n. 525, p. 1-42, 2011.

PONTES, Carlos José Farias. O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 1, n. 1, 2014.

PORTO, Rafael Gastal et al. Produção, modo de vida e singularidades: o caso das comunidades indígenas da etnia Wai Wai em Roraima. In: Embrapa Roraima-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11., 2016, Pelotas. Abordagem sistêmica e sustentabilidade: produção agropecuária, consumo e saúde: anais. Pelotas: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2016., 2016.

PUTNAM, Robert D. (1993/96) – Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Radcliffe S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descolonização no Equador. *Geoforum*, 43(2), 240-249, 2012. RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos estudos CEBRAP*, p. 109-125, 2008.

RIBEIRO, Magda dos Santos. **Natureza e mercado: castanheiros, empresários e as economias de suas relações**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. ROSÁRIO, Lucia Tereza Ribeiro. Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (*Euterpe Oleracea* Mart.) em famílias do estuário amazônico. 2022. 100. Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo, Ed. Cortez, 2000, p. 55-117.

SANTOS, Daniel.; SALOMÃO, Rodney.; VERÍSSIMO, Adalberto. Fatos da Amazônia 2021. **Centro de Empreendedorismo da Amazônia. Amazônia**, v. 2030, 2021.

SANTOS, Katia Barros; SARAIVA, Luis Junior Costa; ALVES, Marileide Moraes. Reflexões epistemológicas entre ciência e tecnologia: práticas e representações em comunidades tradicionais na Amazônia. In: CRUZ, Marcos Murelle Azevedo et al. (org). *Andanças (entre) lugares: 10 notas de pesquisa sobre a Amazônia paraense*. São Carlos: Pedro & João, 2018. cap. 1, p. 61-75. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/491>. Acesso: 18 de março de 2023.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Editora Universitária UFPE, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SELWYN, Ben. Social upgrading and labour in global production networks: A critique and an alternative conception. **Competition & Change**, v. 17, n. 1, p. 75-90, 2013.

Serra, Maurício, Aguiar; Fernández, Ramon, García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 23, 2004.

SILVA, Alfredo Bernardo Pereira da. Pastoreio do futuro: projeto de sustentabilidade para a Terra Indígena São Marcos, Roraima. 2012. 57 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Barbara Christine Nentwig. Roraima: problemas de desenvolvimento sustentável em uma região de fronteira. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 7, 2004.

SILVA, Danielle Wagner et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 2016.

SILVA, Suany Machado da. **Do consumo local ao mercado de alimentos saudáveis: como a crescente demanda por açaí (Euterpe oleracea mart.) afeta os meios de vida de comunidades ribeirinhas?**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

THIÉTART, Raymond-Alain. Méthodes de recherche en management. Ed. 3. Dunod, 2007.

Thomson, Bob. (2011). Pachakuti: Indigenous perspectives, Buen Vivir, Sumaq Kawsay and degrowth. *Development*. 54. 10.1057/dev.2011.85.

TONINI, Helio et al. Fenologia, estrutura e produção de sementes em castanhais nativos de Roraima e características socioeconômicas dos extrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais**, v. 9, n. 2, p. 399-414, 2014.

ULTRAMARI, Clovis e DUARTE, Fabio. *Desenvolvimento Local e Regional*. Curitiba: Editora Ibplex, 2011.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RADOMSKY, Guilherme FW. *Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. Introdução às teorias do desenvolvimento*, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WALSH, Catherine. Desenvolvimento como buen vivir: arranjos institucionais e laços (des) coloniais. *Revista Nueva América*, v. 126, p. 27-31, 2010

WAPICHANA, Joênia Batista de Carvalho. “Em defesa dos direitos dos povos indígenas na Raposa Serra do Sol” (sustentação oral apresentada no primeiro julgamento no STF, dia 27 de agosto de 2008). In: MIRAS, Julia Trujillo et al. (organizadores). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009

WONG, Po.Yin.; HARDING, Torfinn.; KURALBAYEVA, Karlygash., ANDERSON, Liana., PESSOA, Ana.: Pagamento por desempenho e desmatamento: evidências do Brasil (documento de trabalho). Disponível em: 2018 http://barrett.dyson.cornell.edu/31_S_eixas_C,SantosPradoD,JolyC,HermanMayP,SouzaCostaE,RibeiroNEUDC/paper_366.pdf

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para o grupo 1: lideranças Wai Wai

Nome:

Comunidade:

É sócio ou faz parte da diretoria da associação?

BLOCO 1 – Coleta, escoamento e comercialização da castanha

1. Como é seu trabalho com a castanha?
2. Em quais etapas você está envolvido diretamente?
3. Desde quando você trabalha com a castanha-do-brasil?
4. Como e porque começou essa atividade?
5. Como é a produção em quantidade na sua região? Quando foi a maior produção e quanto?
6. E como é a quantidade da produção da sua família?
7. Você tem ideia do custo do seu trabalho com a castanha por safra?
8. O que precisa ser comprado para iniciar a safra?
9. Para quem você vende sua produção de castanha?
10. Há diferença de preço entre os compradores da região e compradores?
11. Você já vendeu sua castanha para a Wickbold? Quantas vezes?
12. Você vende para atravessadores?
13. No seu trabalho com a castanha, com quais pessoas você se relaciona diretamente?

BLOCO 2 – Geração de renda e desenvolvimento

1. Qual a importância da castanha-do-brasil na geração de renda da sua família?
2. Quais os benefícios que o trabalho com a castanha traz para você e sua família? E para a comunidade?
3. Além da geração de renda, tem outro benefício desse trabalho com a castanha?
4. De que forma o consumo da sua família (alimentos, roupas, etc.) é influenciado pela coleta de castanha?
5. Esse dinheiro da comercialização da castanha costuma servir para quê?
6. Além da castanha, quais são as outras fontes de renda de sua família?
7. Onde você gasta o dinheiro que consegue com a venda da castanha?
8. Em que estabelecimentos você costuma fazer compras? Em qual município?
9. Como é a relação de vocês com os comerciantes dos municípios próximos a TI?
10. O que você entende por desenvolvimento?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para o grupo 2: Atores locais
(comerciantes/prestadores de serviço)**

Nome:

Município:

1. É comerciante ou prestador de serviço?
2. Seu comércio/serviço emite nota fiscal?
3. Seu estabelecimento tem CNPJ?
4. Você tem algum relacionamento com os indígenas Wai Wai?
5. Como você avalia o nível desse relacionamento?

BLOCO 1 – coleta, escoamento e comercialização da castanha

1. Você sabe em qual época do ano começa a safra da castanha?
2. Se sim, você se considera envolvido em algum processo relacionado a coleta, escoamento e/ou comercialização desse produto? Se sim, qual processo?
3. De que forma você se considera envolvido?
4. Seu estabelecimento/serviço sofre influência direta na época da safra?
5. De que forma a rotina do seu comércio/serviço é influenciado pela safra de castanha?

BLOCO 2 - Geração de renda e desenvolvimento

1. Qual a importância da produção da castanha dos Wai Wai para o seu comércio/serviço?
2. Os Wai Wai costumam frequentar seu comércio/serviço com muita frequência? O ano todo ou em épocas específicas?
3. Você avalia que a variação da safra influencia o seu comércio/serviço? Como você avalia?
4. Seu comércio/serviço sofreu alguma benfeitoria de 2018 pra cá?
5. O seu comércio/serviço teve aumento significativo no lucro de 2018 até hoje?
6. Se sim, a que você atribui esse aumento?
7. Sua cidade vem tendo investimentos por parte da prefeitura? E do estado?
8. E a nível nacional, você acha que algum investimento foi feito para essa região?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para o grupo 3: Instituições governamentais

Nome:

Instituição que representa:

1. Qual o histórico da relação da sua instituição com os Wai Wai?
2. De que forma a castanha está vinculada a esta relação?
3. Qual potencial que vocês acham que a castanha tem para a economia dos wai wai? E para a região?
4. Você tem conhecimento das políticas que os Wai Wai já acessaram?
5. Caso sim, de que forma sua instituição apoiou para que acontecesse?
6. Sua instituição tem algum dado da produção de castanha deste povo?
7. De que forma vocês atuam nos municípios de abrangência desses territórios?